

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: O DEBATE HISTÓRICO
E A TEORIA CLÁSSICA DA ACUMULAÇÃO**

MORGANA TOLENTINO CARDOSO
Matrícula nº: 114146021

ORIENTADOR(A): Prof. Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos

JANEIRO 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: O DEBATE HISTÓRICO E A TEORIA CLÁSSICA DA ACUMULAÇÃO

MORGANA TOLENTINO CARDOSO
Matrícula nº: 114146021

ORIENTADOR(A): Carlos Pinkusfeld Monteiro Bastos

JANEIRO 2019

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade da autora

Para minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, tornaram esse trabalho possível.

Ao meu orientador, Prof. Carlos Bastos, pela oportunidade de desenvolver esse trabalho contando com todo o seu auxílio.

Agradeço particularmente à minha mãe, Joana, e meu irmão, Teo, pelos ensinamentos diários e a paciência cotidiana; além de agradecer a todos os meus familiares, em especial minhas avós, Cristina e Marluce, meu pai, Waldir, minha tia, Sara, e meus tios, Bruno, Marcelo e Tiago pela formação de caráter e pelo apoio incondicional.

Agradeço também a todos os meus amigos, especialmente àqueles do Instituto de Economia da UFRJ: vocês fizeram dessa jornada uma história incrível!

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar o debate econômico acerca dos mecanismos que determinaram a Revolução Industrial a partir de duas visões distintas. Será apresentado, de um lado, o modelo comercial, onde a explicação para o pioneirismo inglês residiria na expansão comercial do país no período anterior à Revolução Industrial; e, por outro lado, um modelo historiográfico marxista, que busca explicar o mesmo fenômeno com foco nas relações sociais de produção e propriedade. O foco do trabalho é relacionar ambas com um modelo de Causação Circular Cumulativa, onde a intensificação da produção estimula e é estimulada pelo aumento da produtividade, num movimento que se reforça mutuamente, induzindo o crescimento do produto per capita.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
I ESCOPO TEÓRICO	11
I.1 A teoria do excedente	11
I.2 Causação Circular Cumulativa	17
I.3 Investimento, Lucro e Causação Circular Cumulativa	22
I.4 Apropriação do Excedente, Demanda Efetiva e Causação Circular Cumulativa	24
II O MODELO COMERCIAL	27
II.1 Expansão Inglesa	28
II.1.1 Expansão e Colonialismo	30
II.1.2 Guerras e Expansão	31
II.1.3 Financiamento Militar e Questão Fiscal	34
II.2 Resultados no Comércio	36
II.3 Revolução Industrial	37
II.3.1 Inovações Tecnológicas	37
II.3.2 Revolução Industrial e Comércio	39
II.4 Comércio, Revolução Industrial e Lógica Circular Cumulativa	40
III A ÓTICA DA RELAÇÃO DE CLASSES	43
III.1 Crítica ao Modelo Comercial	45
III.2 Choques Demográficos e o Modelo Malthusiano	47
III.3 O Caso Inglês	49
III.4 O Capitalismo Agrário em Comparação ao Caso Francês	51
III.5 Pioneirismo Inglês e Rompimento do Padrão de Acumulação	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

LISTA DE FIGURA

Figura 1. Fluxograma da teoria do excedente.....	12
--	----

LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Nível e Taxa de Crescimento Per Capta: Mundo e Regiões.....	14
--	----

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a Revolução Industrial envolve, como todo debate histórico econômico, elementos centrais metodológicos a ele subjacentes. Uma questão central que cabe ao estudioso definir é a da temporalidade, a qual está diretamente relacionada ao recorte de causalidade, ou seja, a escolha de quais são os componentes históricos que exercem influência direta explicativa de algum evento a ser analisado e entendido. Variáveis centrais e até quando “recuar” no tempo para explicar um objeto de estudo são componentes fundamentais de qualquer esforço analítico histórico

Esta busca pode assumir uma posição extrema, expressa na frase de Hammonds (apud ZMOLEK p. xvii): “há um sentido em que é impossível explicar qualquer coisa sem explicar o todo”. Nesta linha de “totalidade¹”, temporalmente poder-se-ia sugerir uma continuidade de longa duração, uma vez que a cadeia de fatos que se conectem ao objeto de estudo podem se estender por um longo período de tempo.

Tais escolhas de variáveis e temporalidade, entretanto são informados e ganham um significado concreto em termos de análise econômica da história na medida que se conectam através de uma teoria, para fornecer uma interpretação com claros nexos causais expressos num modelo interpretativo consistente, afinal a história econômica é uma tentativa de re-interpretação de fatos segundo modelos e não um estudo de história, que é “... a reconstituição da memória... e a reconstituição não pode evitar ser abrangente” (NOVAIS, 2012, p. 78 apud BASTOS; CRESPO; MAZAT, , p. 1)

Neste trabalho pretende-se realizar um esforço de apresentar explicações de certa forma concorrentes para ao surgimento do capitalismo e sua consolidação no sistema fabril, a partir do final do século XVIII, e verificar até que ponto estas explicações são consistentes com um referencial teórico da Economia Política clássica, em sua leitura contemporânea, incorporando-se o princípio da demanda efetiva como elemento analítico na determinação da renda e produto.

Inicialmente, busca-se definir os elementos centrais de tal aparato analítico com ênfase especial para a lógica da Causação Cumulativa. Esse é uma explicação teórica que relaciona a

¹ Esta, bem como todas as citações que originalmente eram em língua estrangeira, estão citadas em tradução livre.

elevação da produção e o crescimento das escalas com ganhos de produtividade que possibilitam um crescimento ainda maior do produto per capita. Esse mecanismo seria um fato estilizado observado nas economias capitalistas que a partir da Revolução Industrial passam a crescer num regime intensivo de acumulação.

Uma vez esclarecido este arcabouço teórico pretende-se mostrar como uma explicação que enfatiza a expansão comercial mercantilista inglesa traz elementos históricos que são inteiramente compatíveis com um modelo de análise de acumulação da Economia Política Clássica, enfatizando-se os elementos de formação de mercados e expansão da demanda via crescimento do comércio exterior.

Um segundo modelo a ser estudado tem como autor pioneiro Brenner e segue uma tradição historiográfica marxista. Neste caso, a ênfase é colocada na formação das classes sociais e como os condicionantes estruturais sociais acabam impelindo estas numa direção de aceleração do processo de acumulação com incorporação, sistemática, de progresso técnico e ganhos de produtividade. Especificamente, no caso do modelo de Brenner uma variável chave é a concorrência entre capitalista, no seu modelo de formação do capitalismo, os arrendatários rurais, que teriam que compulsoriamente incorporar tecnologias mais eficientes de produção rural se quisessem continuar a produzir, ou seja, para que tivessem eficiência produtiva que os permitisse continuar arrendando terras e pagando uma renda aos proprietários das mesmas.

Este trabalho não pretende cotejar esses modelos históricos ou avaliar suas limitações ou pontos fortes, apenas mostrar como suas explicações são compatíveis com a análise de acumulação da Economia Política para explicar a Revolução Industrial e o surgimento, concomitante, da acumulação intensiva de capital.

Para tal, o presente trabalho foi estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, será discutido o escopo teórico que dará norte à análise aqui proposta. Neste capítulo, serão apresentados a teoria do excedente e o modelo de Causação Circular Cumulativa e como serão usados para analisar as linhas do debate histórico. Será, então, apresentar o estudo histórica pré capitalista da Inglaterra, tentando moldar o cenário inglês que propiciou a Revolução Industrial.

No segundo capítulo, tomando como referência o trabalho de Findlay e O'Rourke, será explorada a expansão comercial inglesa, a partir do colonialismo e das guerras travadas

no período mercantilista, bem como o padrão de financiamento militar e a criação de um estado-fiscal-militar.

No capítulo seguinte, será apresentado o modelo de Brenner, que critica o modelo comercial, e se volta para a trajetória particular da Inglaterra quanto suas relações de produção e propriedade entre classes. Será mostrado, ainda, que a história específica das estruturas de classe inglesa, leva ao surgimento de relações capitalistas no campo, o capitalismo agrário, através da figura do arrendatário capitalista e como, para Brenner, essa mudança estrutural possibilitou a mudança no padrão de acumulação.

I ESCOPO TEÓRICO

I.1 A teoria do excedente

A Revolução Industrial, ao final do século XIX, marca um ponto de inflexão radical na história da humanidade. Para o historiador Carlo Cipolla, sua mais radical mudança, “exceto, possivelmente, a revolução do neolítico” (CIPOLLA, 1976, p. 7). Entretanto, esse conjunto de mudanças tecnológicas alterou de forma definitiva a forma como o homem se relaciona com o meio ambiente que o cerca, sua própria perspectiva de existência e, através da energia do carvão transformada em força motriz, ampliou de forma até então inimaginável a capacidade produtiva da humanidade. Este processo que se iniciou na Inglaterra, se estendeu para o mundo, difundindo essa nova organização produtiva, de modo a integrar o espaço global ainda na primeira metade do século XIX, gerando um padrão de forte urbanização, crescimento da produtividade rural com diminuição da população em empregadas em atividades agrícolas e crescimento das atividades de indústria e serviços, com ganhos de produtividade principalmente na primeira².

Essa mudança radical se deu, entretanto, dentro de um sistema de organização social político e econômico que começou a se formar na Inglaterra com o fim da ordem feudal. Tomando-se como um marco fundamental o primeiro surto da Peste negra em solo Europeu, como faz Brenner (1987), pode-se demarcar o fim da ordem feudal desde finais do século XIX. Obviamente que, tomando-se essa demarcação temporal, tem-se um longo processo de “transição” de uma ordem feudal agrária para um sistema capitalista consolidado tendo em sua produção industrial seu vetor de maior dinamismo. Essa trajetória de longo prazo é alvo de amplo debate teórico e empírico quanto a seus elementos determinantes principais. O presente trabalho não pretende resenhar ou mesmo analisar de forma sistemática as polêmicas que envolvem esse período histórico de tão longa duração, e nem mesmo a pertinência de tal periodização. O objetivo é de simplesmente destacar alguns pontos centrais para o estudo desse processo, como, por exemplo, questões de mudança tecnológica, organizações de mercado, ganhos de produtividade, tendo como eixo básico de análise o conceito de excedente econômico.

O estudo do excedente social, inclui a forma como este é gerado, sua dimensão e a forma como a apropriação deste excedente, ou sua repartição entre as distintas classes sociais,

² Notas de aula

tem implicações cruciais para o processo de acumulação de capital com incorporação sistemática de progresso técnico.

Genericamente, o excedente é tudo aquilo que sobra de alguma coisa. Na esfera econômica, “a noção de excedente social (...) se refere à quota do produto social que resta depois que se tiver reinserido no processo produtivo o que for necessário para repeti-lo numa escala inalterada.” (GAREGNANI e PETRI, 1989, p. 22), ou seja, tudo aquilo que sobra do processo produtivo retirando-se os gastos necessários para replicar a mesma produção em período subsequente. Assim, percebe-se que a determinação do excedente depende da produção e do consumo. Os autores fazem, ainda, uma abordagem da teoria do excedente baseada no fato “de que o salário, o produto social e as condições técnicas de produção (...) aparecem como já determinados” (GAREGNANI e PETRI, 1989, p. 25), como ilustrado na figura 1¹. Dessa forma, Garegnani e Petri chegam a seguinte equação: “Produto social (livre de reposição dos meios de produção) – Consumo necessário dos trabalhadores = Excedente” (p. 23).

Figura 1- Fluxograma da teoria do excedente



Fonte: GAREGNANI e PETRI, 1989, p. 25

É importante que dentro deste esquema se separe, para fins analíticos, seus distintos componentes, a saber, a geração do produto social, que pode ser maior ou menor por trabalhador, dependendo da maior ou menor produtividade do trabalho; a apropriação do excedente, e finalmente a utilização deste excedente ou de uma forma mais ampla, os impactos das decisões de consumo e consumo/investimento dos capitalistas e consumo e

investimento do Estado afetam a trajetória de acumulação de capital e geração e incorporação de progresso técnico.

Apesar de elementos de uma abordagem teórica de análise é importante ver como estes elementos, em linhas muito gerais, evoluíram em termos históricos.

Ao longo da história da humanidade, a relação produção, consumo e apropriação do excedente parte de uma realidade de padrões muito de subsistência, ou consumo dos trabalhadores, muito restritos³, em níveis muito baixos, realidade que só começa a se alterar de forma mais consistente. Smith, por exemplo, chama atenção para a necessidade de se alcançar um nível mínimo de produtividade na agricultura, de forma que esta gere excedente suficiente para o processo capitalista de acumulação de capital. Isso se vê em “(...) a divisão social do trabalho requer um nível de excedente de alimentos de forma que melhorias na agricultura se torna um pré-requisito para assegurar produção de excedente no país e obter crescimento econômico” (SMITH 1776, I.ix.c.7, and III.i.2 apud VAGGI e STATHAKIS, 2006, p. 12). Essa trajetória, só foi possível graças ao próprio processo de acumulação de capital e avanço tecnológico a partir da Revolução Industrial e posteriormente, já na segunda metade do século XIX, ao crescimento do poder de barganha dos trabalhadores.

Esse padrão, ou melhor, a quebra de padrão no processo de acumulação de capital pós Revolução Industrial estabelece uma distinção entre período de crescimento extensivo e intensivo. O primeiro refere-se ao aumento da produção via expansão da utilização dos meios de produção (mais mão de obra, mais terra, etc) sem que haja um crescimento expressivo, persistente e sustentado da elevação da renda per capita. Já o segundo, se refere ao aumento da intensidade do uso dos meios de produção (aumento da produtividade).

³ Esse é um conceito que deve ser examinado com grande cuidado. Para os autores clássicos este era o valor dos “salários” dos trabalhadores, que como veremos a seguir de fato proviam no século XVIII, geralmente, não mais que o necessário para a sobrevivência, muitas vezes em estado precário, ainda que alguma complexificação do consumo já pudesse ser observada no período (ver Allen 2010). Tomando-se como uma representação do salário básico dos trabalhadores o conceito de subsistência pode, com o passar do tempo e a elevação da produtividade do trabalho e das conquistas dos trabalhadores esse conceito de “subsistência” passou a incorporar bens e serviços que não está diretamente ligado a sobrevivência física do indivíduo.

Tabela 1 – Nível e Taxa de Crescimento Per Capta: Mundo e Regiões

	0	1000	1820	1998	0 - 1000	1000 - 1820	1820 - 1998
	(valor base: dólar internacional de 1990)				Taxa de Crescimento Média Anual		
Europa Ocidental	450	400	1232	17921	-0,01	0,14	1,51
Outros Ocidentais	400	400	1201	26146	0	0,13	1,75
Japão	400	425	669	20413	0,01	0,06	1,93
Média Grupo A	443	405	1130	21470	-0,01	0,13	1,67
A. Latina	400	400	665	5795	0	0,06	1,22
Europa Oriental e Ex-URSS	400	400	667	4354	0	0,06	1,06
Ásia (excluindo Japão)	450	450	575	2936	0	0,03	0,92
África	425	416	418	1368	0	0	0,67
Média Grupo B	444	440	573	3102	0	0,03	0,95
Mundo	444	435	667	5907	0	0,05	1,21

Fonte: MADDISON, 2001

A partir da Tabela 1, percebe-se o salto nos níveis de renda na e, principalmente, nas taxas de crescimento da renda a partir do ano 1820 na Europa Ocidental, com patamares de renda já afetados pela Revolução Industrial e o aumento da produtividade. Esse crescimento fica ainda mais expressivo quando comparado com o período subsequente, de amadurecimento das relações capitalistas de produção, quando o aumento da renda também dispara em outras partes do mundo (ainda que em níveis bem mais baixos que o Europeu) . A ruptura fica evidente não só no contraste dos níveis de renda, mas também das taxas médias de crescimento dos períodos, com uma reversão da tendência negativa para uma taxa de 0.14, na Europa Ocidental, do primeiro para o segundo períodos analisados (0-1000 e 1000-1820, respectivamente). Esse aumento fica ainda mais chamativo na comparação entre 1000-1820 (período que inclui Revolução Industrial) com o seu subsequente (1820-1998), com uma elevação de mais de 10 vezes na taxa média de crescimento europeia.

Em termos teóricos Garegnani e Petri colocam assim esta questão:

... o volume do produto social depende fundamentalmente de duas séries de circunstâncias: 1) a etapa alcançada pela acumulação de capital, que regula o número de trabalhadores produtivos empregados; 48 2) as condições técnicas de produção, também dependentes da etapa de acumulação alcançada, que determinam o produto físico por trabalhador. (GAREGNANI e PETRI, 1989, p. 24).

Ou seja, um maior produto por trabalhador (e per capita) depende destes dois fatores interconectados: acumulação de capital e métodos produtivos mais eficientes. Num processo de crescimento extensivo, lenta evolução destas duas variáveis tem como consequência uma também lenta alteração do padrão de consumo, e também não é capaz de gerar excedentes que

acelerem o próprio processo de crescimento com avanço tecnológico, ou seja, percebe-se que o aumento do excedente está intrinsecamente associado ao crescimento intensivo da produção.

Esses estágios de desenvolvimento produtivos se relacionam diretamente com o processo de divisão do trabalho, ou seja, a complexificação da estrutura produtiva com a ampliação de setores da economia e produtos acompanhados de crescente utilização de máquinas no processo produtivo.

As formações econômicas pré Revolução Industrial eram voltadas principalmente para a produção agrícola, ou seja, estruturas produtivas com limitada divisão do trabalho, diversidade setorial de produção e conseqüentemente consumo. Mesmo a partir do estabelecimento do capitalismo rural, usando a expressão de Brenner, a despeito da aceleração do crescimento da produtividade rural e das manufaturas, principalmente de tecidos de lã, em grande medida conseqüência do próprio aumento da produtividade rural da produção de lã, o crescimento da produtividade agregada não é assim tão expressivo nem sustentado, ou de outra forma, não passa a incorporar de forma sustentada e contínua avanços tecnológicos notáveis.

De fato, processo de industrialização da sociedade e o desenvolvimento da tecnologia geram o fenômeno da redução relativa da atividade agrícola, ou seja, embora o volume da produção agrícola não se reduza, a contrário, este se amplia permanentemente, o percentual de participação dessa atividade no PIB cai⁴. Também se reduz a parcela de pessoas envolvidas na atividade agrícola, de modo que o grande motor da economia se torna a manufatura, especificamente no que diz respeito à geração e difusão de progresso técnico.

Como já comentado o aumento da produtividade per capita, está profundamente ligado a alguma inovação, que, por sua vez, invariavelmente está ligado à introdução de algum bem capital, ou seja, o progresso técnico está conectado diretamente a própria acumulação de capital, vindo incorporado a uma nova geração de bens de capital, ou seja, acompanhando a acumulação de capital.

⁴ Notas de aula

A geração de excedente permite às sociedades que liberem mão de obra da produção voltada para a mera subsistência e gerando maior conhecimento que por sua vez terá um impacto posterior sobre o próprio progresso técnico.

Aí, então, se abre espaço para questões como a apropriação do excedente (que classe social detém esse excedente) e seu uso (onde o excedente será empregado); o qual se relaciona ao padrão tecnológico de produção e mais importante, aos padrões de geração e incorporação de tecnologias que estão relacionados à forma de organização da produção que determina o nível de excedente per capita.⁵

Sendo o excedente, por definição, o resíduo da produção, excluído tudo aquilo necessário para a subsistência, Garegnani trata da utilização do excedente como aquilo “(...) do qual a coletividade poderia dispor (para consumo de luxo, para manter servidores, para guerras, investimentos, etc.) sem afetar as condições da própria sobrevivência” (GAREGNANI e PETRI, 1989, p. 22). Dessa forma, pode se observar que a apropriação do excedente abre espaço para usos diversos (como fins religiosos e de divertimento, além de gastos com defesa, etc.), além do investimento em progresso técnico.

Nesse ponto podemos fazer uma breve ligação entre a questão de geração e apropriação do excedente e distintas formações históricas. Em formações sociais com muito baixa produtividade per capita praticamente não há um excedente social e, conseqüentemente há baixa divisão do trabalho e mesmo qualquer forma de acumulação de estruturas fixas. Podemos dar como exemplo, os grupos indígenas nativos do Brasil que eram predominantemente caçadores e coletadores e cuja tecnologia de produção engendrava uma sociedade bastante homogênea sem que sejam identificados tanto estamentos religiosos nem construções físicas permanentes de fim religioso ou mesmo habitacional. Em outras sociedades nativas sul americanas com técnicas que permitiam maior produtividade per capita, pode-se verificar a existência de ruínas de natureza religiosa ou não, que certamente evidenciam que parte da população de tais sociedades não estava diretamente ligadas a atividades de subsistência física, e também o desenvolvimento de conhecimentos astronômicos e de complexa ritualística religiosa indica que havia alguma divisão social com uma fração da população permanentemente dedicada a atividades não diretamente ligadas a subsistência física (produção de alimentos, proteção contra intempéries, etc.).

⁵ Notas de aula

Esse tipo de apropriação de excedente para fins religiosos ou de imposição política, ou de glorificação pessoal, ou mesmo diversão de massas (como jogos romanos, por exemplo) perpassa todas as formas pré capitalistas. E na verdade, prossegue nesta ordem apenas com a peculiaridade de não ser mais a forma, digamos assim, dominante. Aliás, a apropriação do excedente e sua aplicação de forma a não ampliar a capacidade produtiva/ produtividade per capita estão no cerne das explicações de autores marxistas como Dobb e Brenner para a própria dissolução do modo de produção feudal.

Assim, a utilização de, ao menos, grande parte do excedente tem importância crucial para essa análise no âmbito do investimento em tecnologia, no sentido em que a utilização do excedente em investimento e tecnologia tende a gerar aumento de produtividade, o que, por sua vez, aumenta o excedente, num processo que se retroalimenta. A análise deste sistema onde uma alteração inicial é capaz de produzir uma sucessão de mudanças que, por fim, acabam por reforçar a mesma alteração inicial pode ser descrita pela teoria da Causação Circular Cumulativa, e que explica com muita clareza a importância da modificação da apropriação do excedente pelas novas classes sociais surgidas com o fim do feudalismo e a aplicação deste em métodos de produção mais eficientes.

I.2 Causação Circular Cumulativa

A teoria da Causação Circular Cumulativa (CCC), de forma sucinta, se refere à lente teórica que analisa o desenvolvimento econômico a partir de uma mudança original em uma variável econômica, cujos efeitos em outras variáveis interligadas levarão a novas mudanças que podem afetar, inclusive, a variável inicial, e assim sucessivamente, num processo circular. Daí a ideia principal da teoria, de que um fator tem a capacidade de afetar toda a estrutura econômica a partir das relações deste fator com os demais fatores da economia. Em termos de desenvolvimento econômico, o entendimento é de que o crescimento econômico estaria associado a um *ciclo virtuoso*, por exemplo, de aumento dos rendimentos de escala, redução dos custos de produção reais, aumento da demanda e da oferta, investimento, aumento dos rendimentos de escala etc. (TONER, 1999, p. 21) onde a mudança no fator original (retornos de escala) gera uma cadeia circular de relações, voltando a afetar o próprio fator original.

Alguns nomes importantes da economia se destacam como teóricos da Causação Circular Cumulativa, por exemplo, Allyn Young, Paul N. Rosenstein-Rodan, Albert O. Hirschman, Nicholas Kaldor, Gunnar Myrdal, entre outros. Destes, Myrdal toma uma posição

de destaque, pois foi o primeiro a cunhar os termos de Causação Circular Cumulativa e Ciclos Virtuosos no escopo da teoria (TONER, 1999, p.5). Vale ressaltar o fato de que muitos expoentes da CCC são teóricos do desenvolvimento, de modo que não é incomum que se confunda a teoria de Causação Circular Cumulativa com uma teoria de desenvolvimento econômico. Contudo, não é um pressuposto do modelo que se aplique à economias subdesenvolvidas e em desenvolvimento, trata-se, na verdade, de uma proposta de análise econômica que se contrapõe à linha ortodoxa e pode ser utilizado, também, para economias desenvolvidas.

O distanciamento da linha ortodoxa de pensamento se efetiva no fato de que a CCC não trabalha com o pressuposto de alocação ótima de recursos e não busca do equilíbrio. De fato, a teoria de CCC pode ser entendida como uma teoria do desequilíbrio, onde “sucessivos períodos de retornos crescentes (...) atuam não para equilibrar a oferta e demanda, mas para perpetuar o desequilíbrio” (ibid., p.21).

Toner chama atenção, ainda, para a importância dos conceitos de complementariedades, retornos crescentes de escala e externalidades como fundamentos da teoria de Causação Circular Cumulativa. Contudo, esses conceitos têm definições específicas dentro da CCC, não compatíveis com a análise tradicional ortodoxa. Assim, se faz necessário compreender o significado desses conceitos dentro da CCC a fim de assimilar corretamente a fundação da teoria de Causação Circular Cumulativa.

Sendo assim, é importante ressaltar as diferenças destes termos numa leitura ortodoxa e como são usados na CCC. Sobre a complementariedade, Toner enfatiza que, para a teoria neoclássica, o termo pouco é usado na análise da produção. De fato, partindo-se do pressuposto da perfeita substituição de fatores, a ideia de complementariedade se perde, sendo muito mais importante a substituição entre fatores e bens. Isso fica claro quando se vê que “cada unidade adicional de capital, por definição, compete com o estoque existente, de forma que a produtividade marginal do capital tem, necessariamente, uma relação inversa ao aumento de estoque de capital” (ARNDT 1955, p.201 apud TONER, 1999, p. 19). O conceito de complementariedade no escopo ortodoxo, então, acaba sendo utilizado principalmente na teoria do consumidor, onde bens complementares são àqueles cuja satisfação máxima do consumo só pode ser alcançada se este bem for consumido em conjunto com o seu bem complementar, numa proporções definidas.

Diretamente ligada a questão das complementariedades na teoria marginalista está o pressuposto de indivisibilidade dos fatores, que critica diretamente uma visão de perfeita substituição entre fatores. A perfeita substituição entre fatores depende do pressuposto de que o uso dos fatores de produção pode ser aumentado ou reduzido de forma contínua, infinitesimal. A crítica reside, então, no fato de que na prática os fatores de produção apresentam indivisibilidade: a partir de um nível dado de tecnologia, há uma escala mínima no uso dos fatores necessária para a viabilização da produção. Ao nível da planta, por exemplo, não se pode conservar o grau de produtividade, reduzindo-se o nível da planta.

Assim, a teoria de Causação Circular Cumulativa trabalha com o pressuposto de complementariedade entre fatores, ao invés de privilegiar a ideia de substituição entre estes. Ainda é importante ressaltar que a teoria de CCC aceita, de modo geral, que um acréscimo de capital tem efeito complementar ao estoque em questão, pois a teoria não trabalha com a lei dos rendimentos decrescentes (TONER, 1999, p.19). O ponto é que a CCC rejeita a ideia neoclássica de que um aumento na quantidade de um fator de produção, *ceteris paribus*, leva, necessariamente, à redução dos ganhos da produção total.

O incremento de um fator (sobretudo capital) não reduz os ganhos de rendimento, mas, ao contrário, possibilita ganhos. De fato, essa suposição se encaixa no pensamento mais genérico da teoria de Causação Circular Cumulativa, onde uma alteração em uma variável (nesse caso, um fator de produção) gera retornos mais que proporcionais para a economia, pois há um estímulo aos demais fatores. O exemplo do *complementarity effect of investment*, de Hirschman usado por Toner se encaixa perfeitamente aqui, pois o autor defende que “os investimentos de um período são, normalmente, a principal força motivacional por trás de investimentos adicionais nos períodos subsequentes” (HIRSCHMAN 1958, p.44 apud TONER, 1999, p.20).

Ainda no escopo da análise sobre complementariedade, há sua aplicação no âmbito do consumo. Ao contrário da concepção ortodoxa da teoria do consumidor, na CCC, mais uma vez, não se trabalha com o pressuposto de elementos fixos. O que significa, no âmbito da demanda, que não se trabalha com preferências dadas do consumidor e nem com oferta dada. Assim, a teoria de CCC assume, mais uma vez, que a economia se adapta às mudanças. Uma vez que a teoria de CCC não foca a análise na alocação ótima de recursos, seu estudo concentra-se nas relações causais e nas consequências de mudanças alocativas, elevando a

análise da complementariedade no consumo a uma posição de destaque na teoria, uma vez que um aumento da renda per capita gera um fluxo circular de aumento da demanda e expansão na variedade da cesta de bens (TONER, 1999, p.20).

Outro termo crucial para o estudo é o conceito de retornos crescentes de escala. Primeiro é necessário compreender as diferenças nos pressupostos adotados pelos teóricos da CCC e a teoria neoclássica. Lembrando que para a CCC, os fatores de produção não são fixos, além disso, mudanças tecnológicas são consideradas ilimitadas. Outro aspecto que influencia diretamente a visão da CCC sobre retornos crescentes, é a concepção que se tem de que os principais fatores de produção na indústria são produzidos pelos próprios fatores de produção. Assim (e com a concepção de que a divisão do trabalho, aumento da mecanização, melhora a produtividade), parte considerável dos economistas que seguem essa linha vê os retornos crescentes de escala beneficiando principalmente a produção manufatureira.

No âmbito, ainda, dos retornos crescentes de escala, se faz necessário uma breve discussão acerca das economias de escala e suas subdivisões. Britto (2007) chama atenção para as restrições da teoria ortodoxa no uso do conceito, onde a teoria de custos limita as economias de escala ao nível da planta e onde as economias de escala são estáticas (dado outros pressupostos, como o fato do progresso técnico ser uma variável exógena). No âmbito da CCC, economias de escala ganham subdefinições podendo ser internas, externas, estáticas ou dinâmicas. Vale, então, uma breve elucidação da diferença entre elas.

Segundo Britto, as economias internas são reduções no custo unitário de produção que ocorrem em consequência do aumento no nível da produção da própria firma. Já as economias externas são reduções no custo unitário de produção da firma em decorrência de melhoras na indústria.⁶ Aqui já fica bem delimitada a diferença entre o uso do conceito para a teoria ortodoxa e na teoria de Causação Circular Cumulativa, onde as economias de escala não estão restritas ao nível da planta.

As diferenças se expandem para a questão das economias estáticas e dinâmicas. A primeira se refere às “reduções de custo que podem ser desfrutadas, pela firma ou pelo setor, a qualquer momento, dado os níveis e as técnicas de produção disponíveis” (BRITTO, 2007, p. 50). São as economias de escala mais clássicas, relacionadas a ganhos provenientes do

⁶ Britto, p. 50

aumento da produção reduzindo, por exemplo, o custo unitário de armazenamento e/ou transporte, indivisibilidades, etc. que podem retroceder de acordo com o nível de produção da firma em determinado período.

Já as economias dinâmicas são “reduções de custo unitário causadas pelo crescimento da escala da firma ao longo do tempo e são, normalmente, irreversíveis” (BRITTO, 2007, p. 50). As economias dinâmicas são consideradas irreversíveis, pois grande parte dos seus ganhos não podem ser revertidos com mudanças no nível de produção da firma. As economias dinâmicas podem ser internas ou externas. Para as primeiras, Britto cita como exemplos o aumento da produtividade do trabalho em decorrência da divisão do trabalho e do processo de aprendizagem, podendo este, ainda, levar ao melhoramento do maquinário e das técnicas de produção, entre outros.

Para as economias dinâmicas externas há uma última subdivisão, pois estas podem ser técnicas ou pecuniárias, sua distinção está no uso dos mecanismos de mercado (ou não) para sua propagação. Segundo Britto, as técnicas (que não usam os mecanismos de mercado) são “usualmente relacionadas com o processo de aprendizagem, que pode ser associado a melhorias tecnológicas ou organizacionais, ou do desenvolvimento das habilidades dos trabalhadores resultando do crescimento da indústria” (BRITTO, 2007, p. 52). As do tipo pecuniárias são as que “operam através dos mecanismos de mercado e estão relacionadas a redução de custos ou melhoramentos na qualidade dos insumos, como resultado de inovações” (ibid.).

A concepção geral é de que retornos crescentes de escala ocorrem quando o custo unitário de produção se reduz. Para a teoria de CCC, os “produtores tendem a responder a uma redução de custos aumentando a produção” (TONER, 1999, p. 11). Uma vez que produtos manufaturados apresentam maior elasticidade-preço da demanda, uma redução de custos com redução de preços reais tende a gerar um ciclo virtuoso por toda a economia. Isso se reforça ainda mais quando a redução de preços ocorre em bens intermediários e de capital, pois, como estes são meios de produção produzidos pela própria lógica industrial, suas consequências virtuosas atuarão por completo dentro da manufatura.

Por último, é necessário discutir a noção de externalidades. No geral, a ideia de externalidade é quando uma decisão individual de produção afeta outros produtores sem que esse fosse o foco inicial. Para a teoria de CCC, externalidade é um conceito de suma importância,

sobretudo pela sua conexão com o investimento e pela sua capacidade de criar relações de causa e efeito pela economia. Mencionaremos, dentro da visão da teoria de Causação Circular Cumulativa, para quatro tipos de externalidades: pecuniária, tecnológica, externalidade vertical e externalidade horizontal.

A primeira trata-se de uma externalidade que se propaga via mercado, onde ações de uma firma que afetam outras firmas via preço. É mais um exemplo de geração de desequilíbrio, como colocado por Toner em:

A combinação de informação imperfeita sobre o futuro do mercado, indivisibilidade dos fatores e a existência de defasagens no ajuste de volume da indústria e a composição de investimentos dá origem a desequilíbrio e externalidades pecuniárias. (TONER, 1999, p. 17)

Para a definição de externalidade tecnológica, Toner usa a definição de Meade, onde o conceito refere-se ao caso onde a produção de uma firma depende diretamente da produção e/ou dos fatores de produção de outra firma (TONER, 1999, p. 15). A externalidade vertical refere-se a ganhos de produtividade relacionados à redução de custos de fatores de produção. Já a externalidade horizontal ocorre quando as atividades de uma firma afeta diretamente o nível de oferta de outra firma (ibid., p. 18).

A partir dessa exposição acerca da CCC, se faz necessário construir a relação da teoria com sua aplicação histórica em âmbitos específicos da relação de acumulação e uso do excedente, a fim de demonstrar a possível aplicação desta teoria no âmbito deste trabalho.

I.3 Investimento, Lucro e Causação Circular Cumulativa

A Causação Circular Cumulativa pode ser usada de maneira muito proveitosa a partir do uso da teoria do excedente. A complementaridade das duas teorias existe a partir da visão de que o excedente seria a fonte primeira de possibilidades de mudanças econômicas que iniciem um processo circular de crescimento. Quem se apropria deste excedente e como ele será aplicado são pontos que podem proporcionar o início desse fluxo circular, onde o crescimento se retroalimenta pela geração de mais excedente que pode ser reaplicado.

Nessa perspectiva, o investimento se insere de maneira muito particular no fluxo de excedente. Essa característica singular guardada ao investimento tem como princípio o fato de que o investimento (sobretudo em pesquisa e desenvolvimento) é o principal responsável pelo aumento da produtividade. Num esquema bastante simplificado, um aumento do

investimento, como fator original, traz mudanças tecnológicas, que, por sua vez, aumentam a produtividade do trabalho, aumentando o excedente, que possibilita maior investimento (aumento do fator original)⁷. Dessa forma, o excedente direcionado ao investimento tende a ter maior retorno em termos de aumento de produtividade, que possibilita o aumento do excedente, num movimento de crescimento que se retroalimenta.

A relação do investimento com o aumento de produtividade e, portanto, seu papel central no crescimento, pode ser identificado desde Smith, como se vê quando o autor defende que “o crescimento será ‘intensivo’ se tiver associado ao aumento de produtividade do trabalho. O investimento e o processo de acumulação são a chave do crescimento econômico” (SMITH 1776, II.iii.6 apud VAGGI e STATHAKIS, 2006, p.12).

Vaggi e Stathakis trazem um esquema um pouco mais elaborado, com base na teoria de Smith, que reforça a importância do investimento:

Excedente⇒lucros⇒paupança⇒investimento [←taxa esperada de lucro]⇒aumento do estoque de capital⇒(mudança estrutural e divisão do trabalho) [←expansão do mercado]⇒aumento da produtividade do trabalho⇒ aumento do excedente e do lucro. (VAGGI e STATHAKIS, 2006 p.13).

Aqui, percebe-se a importância que o lucro tem para Smith nesse esquema de aplicação do excedente e aumento de produtividade. Essa é uma visão que entende o lucro como a principal apropriação do excedente e, portanto, a classe capitalista como ponto chave do processo de acumulação. A parte do excedente apropriada pelo lucro se justifica pelo uso dos meios de produção que pertence à classe capitalista, como vemos em “os lucros são uma parte do excedente acumulada pelo capitalista, enquanto possuidor legal dos meios de produção” (BHARADWAJ, 1994, p.25)

O lucro seria, então, a parte do excedente que pode ser reaplicada em forma de investimento produtivo, onde a divisão do trabalho reforçaria e aumentaria a produtividade, elevando a produção e o excedente. Smith reconhece essa relação como o grande motor da produção de riqueza e, portanto, do crescimento econômico. De fato, a importância do investimento está marcada para o autor como essencial, onde o excedente passa a ser

⁷ Notas de aula

empregado fora do setor primário, gerando um processo sequencial de crescimento baseado no investimento, como pode ser visto em

Primeiro, há os investimentos na agricultura, tornando-a mais produtiva e fazendo o país autossuficiente em comida. Segundo, a acumulação de capital se move para a manufatura, onde a divisão do trabalho desempenha um papel mais importante que na agricultura [maior aumento da produtividade]. Em terceiro, os investimentos focam em algumas atividades comerciais internas ao país, como transportes que favorecem e facilitam as transações, depois o capital se move no sentido do comércio exterior. Seguindo essa ordem, a nação pode enriquecer e progredir ao longo do tempo. (VAGGI e STATHAKIS, 2006, p.12)

Assim, o lucro se torna um tipo crucial de apropriação do excedente para o padrão de reprodução capitalista, ao mesmo tempo que o investimento representa um ponto chave na utilização do excedente para o modelo capitalista, uma vez que, num modelo circular, o investimento é intrinsecamente ligado à melhora de produtividade, reforçando o aumento do próprio excedente e, para alguns autores, o investimento estaria diretamente associado ao lucro.

I.4 Apropriação do Excedente, Demanda Efetiva e Causação Circular Cumulativa

Até este ponto demonstramos como a apropriação do excedente por uma classe social que o aplica em incremento da produção, mecanização/divisão do trabalho tem impactos sobre a produção e crescimento da produtividade que ultrapassam seu efeito inicial, ou seja, podem dar início a um processo de tipo círculo virtuoso com a introdução de mecanização e progresso técnico criando retornos crescentes de escala com ganhos de eficiência e produtividade que reduzem custos de produção e acabam se espalhando para o conjunto da economia, ou seja, tem efeitos de transbordamento (spill overs) para setores da economia onde essas inovações e ganhos tecnológicos foram gerados. Daí, inclusive, a importância do desenvolvimento de um setor industrial e especificamente de bens de capital, no qual são geradas as inovações que podem vir a ter caráter sistêmico para o conjunto da economia.

Um ponto que foi apenas mencionado, mas que é importante ressaltar diz respeito a mudança que em algum momento na história ocorre em relação a utilização do excedente que está diretamente associado a apropriação por alguma classe social que o utiliza de forma a se criar tal circuito virtuoso de acumulação de capital e progresso técnico.

Essa mudança está claramente associada à lógica, ou destino, da produção. A atividade econômica tem que se destinar prioritariamente à venda, ou à obtenção de lucro mercantil, e não apenas subsistência. Está é, exatamente, a famosa descrição marxista de uma economia mercantil de produção para o mercado. Passa-se de uma sociedade na qual a produção ocorre prioritariamente de valores de uso, e que eventualmente podem ser até trocados em mercados locais, para uma sociedade que a partir do capital em sua forma monetária empreende uma produção cujo objetivo final é a ampliação deste capital, ou seja, a geração de um lucro sobre o capital investido obtido através da venda da produção.

Neste ponto, fica clara a existência de um aspecto até aqui pouco mencionado, a realização da produção, ou sua venda, isto é a questão da demanda efetiva. Aqui de forma muito esquemática apresentaremos alguns aspectos de como a questão da demanda e da apropriação do excedente para aplicação em métodos de produção mais capitalizados e incorporando endogenamente progresso técnico.

Uma das formas de se avançar esta análise, e que tem na interpretação de Brenner um modelo bem desenvolvido e logicamente consistente, diz respeito ao surgimento de capitalistas rurais que incorporariam métodos mais eficientes de produção agrícola com o objetivo de incorporarem mais terras arrendadas de grandes proprietários graças a sua maior eficiência em termos de custos de produção. Essa maior capacidade produtiva geraria então uma “compulsão de acumulação e incorporação de progresso técnico” que seria resultado da concorrência capitalista: o arrendatário rural que fosse incapaz de incorporar métodos mais eficientes de produção seria expulso do mercado de arrendamento de terras e assim do próprio mercado de produção agrícola. Esse desenvolvimento da produção rural capitalista criaria um mercado interno doméstico que estaria no centro do processo de desenvolvimento capitalista da Inglaterra culminando com a revolução Industrial do século XIX.

Num polo oposto poderíamos elencar autores que destacam os movimentos mercantis como centrais no processo de criação do capitalismo. De fato as atividades de comércio de grande distância são obviamente voltadas para o mercado, com o objetivo final de venda e lucro.

Entretanto, críticos marxistas lembram que ao não controlar o processo produtivo esses mercadores seriam incapazes de introduzir inovações e mudanças no processo de produção, incluindo a capitalização, que caracteriza a superação do modo de produção feudal.

Daí inclusive decorre a discussão em Dobb das classes revolucionárias, ou seja, os mercadores não poderiam ser as classes revolucionárias, no sentido daquelas que incorporariam novos métodos de produção que superariam o modo feudal, porque viveriam de ganhos de monopólio e não da introdução de métodos tecnologicamente mais eficientes.

Nessa discussão, ainda que lateralmente, também está incluída a questão do Estado, afinal os grandes monopólios comerciantes a partir do século XVI eram uma obra conjunta de empresários e o Estado nacional.

Em resumo, do ponto de vista analítico a apropriação do excedente e sua aplicação, com a posterior geração de circuitos virtuosos de crescimento da produção, mercados e eficiência, aqui apresentados dentro da Teoria da Causação Cumulativa, são os elementos centrais da análise de evolução histórica de modos de produção. Entretanto, distintas interpretações dão importância relativa diferentes para componentes desse processo de mudança produtiva.

Como apresentado sucintamente, a interpretação de Brenner tem seu foco na mudança de métodos produtivos que se iniciam na agricultura e com ênfase no processo de concorrência intercapitalista desenham a partir daí todo o processo de evolução tanto da oferta como da demanda.

Outras interpretações parecem dar maior importância à criação de canais comerciais e de alguma forma a questão da demanda e a expansão das redes comerciais como forma de ruptura dos modos de produção feudais.

Dado que historicamente ambas as formas de organização da produção e distribuição ocorreram, inclusive com simultaneidade em termos do tempo histórico, a maior ênfase em um ou outro evento decorre de diferentes interpretações de qual processo de acumulação histórico foi mais essencial para mudanças de modo de produção dado o instrumental teórico brevemente apresentado neste capítulo.

Sem ter a pretensão de “resolver” essa disputa analítica nos próximos capítulos apresentaremos descrições sucintas históricas das duas vertentes.

II O MODELO COMERCIAL

O processo de transição do feudalismo para o capitalismo, que envolveu mudanças tanto no âmbito econômico (com um novo padrão de acumulação e produção, além de um novo nível tecnológico), quanto na organização social, é analisado do ponto de vista da história econômica de várias maneiras. Como já mencionado, este trabalho explorará duas visões distintas para o mesmo fenômeno: a visão de Brenner, com foco na mudança de métodos produtivos a partir da agricultura; e a vertente que coloca o comércio (sobretudo o comércio ultramarino) como ponto chave nesse processo. Uma breve descrição histórica da visão de Brenner será apresentada no capítulo seguinte. A segunda vertente será explorada nesse capítulo a partir do trabalho de Ronald Findlay e Kevin O'Rourke no livro *Power and Plenty* (2007).

Nesse trabalho, os autores mostram que uma série de fatores podem ser associados ao fato da Inglaterra ter dado esse primeiro passo na mudança do padrão tecnológico, de produção e de acumulação. O fato da Revolução Industrial ter se dado na Inglaterra (o pioneirismo inglês) está relacionado ao seu sucesso militar, criação do seu império, questões internas de institucionalidade, introdução de inovações tecnológicas, entre outros (inclusive o fato dos grandes *players* orientais estarem envolvidos em suas próprias disputas). O que os autores defendem é que esses fatores não são capazes de explicar, em separado, a mudança no padrão produtivo e social que a Revolução Industrial representa. Esses fatores seriam, então, cruciais quando vistos como parte de um único processo, onde o comércio se apresenta como ponto-chave, responsável por convergir esses fatores no que veio a ser a Revolução Industrial. Nesse sentido, o próprio comércio se insere dentro de uma lógica de círculo virtuoso com relação aos demais fatores, reforçando-os e sendo reforçado por estes.

Partindo do entendimento de que o ponto de inflexão que marca a transição do feudalismo pro capitalismo é a introdução e difusão de novas tecnologias (que propiciam a mudança do padrão de produção, agora numa lógica de acumulação capitalista de crescimento intensivo), a visão dos autores pode ser explicitada no trecho:

Argumentamos que o comércio internacional foi uma das principais razões pelas quais a Revolução Industrial Britânica foi diferente. O argumento vem em duas partes. Em primeiro lugar, um dado estímulo doméstico ao crescimento, como as novas tecnologias da Revolução Industrial, levou a um aumento maior da renda como resultado das oportunidades oferecidas pelo comércio internacional. Ao ajudar a economia a escapar das limitações de

recursos, o comércio garantiu que a mudança tecnológica se traduzisse numa experiência de crescimento sustentado mais do que, de outro modo, teria sido possível. Segundo, a extensão da mudança tecnológica dependia, pelo menos em certa medida, da abertura da economia ao comércio. Ambos os argumentos baseiam-se crucialmente no fato bem conhecido de que o comércio eleva sistematicamente as elasticidades da oferta e da demanda diante de uma economia. (FINDLAY e O'ROURKE, 2007, p. 339)

Como se pode perceber, a ideia que Findlay e O'Rourke trazem não é de que o comércio é a causa exclusiva da Revolução Industrial, mas que este proporcionou condições e mudanças que favoreceram tal processo e depois deram elementos para sua sustentação e para que a produção fabril se difundisse tornando-se o modo de acumulação hegemônico. A relação do comércio com as elasticidades de oferta e demanda propiciou que o estímulo inicial da mudança tecnológica fosse capaz de impulsionar a economia britânica muito mais longe do que teria acontecido se esse impulso fosse restrito às capacidades de oferta e demanda do mercado interno (ibid., p. 343).

Para entender como a Inglaterra caminhou para ser o centro dessa rede de comércio global, é necessário analisar as relações inglesas dos séculos que antecederam a Revolução Industrial, o processo de criação e expansão das regiões em posse da ilha, que passa pela evolução do seu poderio bélico e o uso da guerra nas disputas coloniais. A seguir será apresentada, de forma sucinta, a história da expansão do comércio inglês, como a Inglaterra se tornou soberana no comércio internacional e se beneficiou deste para se tornar a primeira potência capitalista do mundo.

II.1 Expansão Inglesa

Como já citado, a relação da Europa com o resto do mundo é um dos fatores cruciais na análise do processo que culminou com a Revolução Industrial, explicitado por Findlay e O'Rourke na passagem “(...) o padrão de crescimento moderno não pode ser entendido sem se considerar fatores como a transmissão de tecnologia da Ásia para Europa ou a expansão ultramarina europeia” (2007, p. 358). Considerando a transmissão de tecnologia da Ásia para Europa e o fato de que a primeira região esteve envolvida num comércio ultramarino antes da segunda, é fácil se perguntar o que houve na Ásia que não levou a um processo de mudança no padrão de acumulação e produção. Contudo, os estudos com relação a este ponto são controversos e essa discussão não faz parte do escopo deste trabalho, que se propõe, então, a explorar os pontos que propiciaram que essa mudança ocorresse na Europa Ocidental.

Findlay e O'Rourke se voltam para a análise de fatores que justifiquem o pioneirismo inglês e fazem um alerta acerca da distinção de fatores necessários para a Revolução Industrial, mas não suficientes, no sentido de que os mesmos fatores podem ser observados, em separado, em outros países que não fizeram a Revolução Industrial. Nesse sentido, um dos fatores que salta aos olhos dos autores é a questão do posicionamento geográfico da Europa Ocidental em comparação às potências orientais da época.

A posição geográfica parece ter favorecido a Europa Ocidental de duas maneiras principais, primeiro com relação à defesa dos movimentos expansionistas das sociedades asiáticas (sobretudo o ataque mongol) e, em segundo lugar, o que poderia parecer uma desvantagem, a distância com relação às rotas de comércio do Mar Vermelho e do Golfo Pérsico, mas que se traduziu em aumento da força bélica para expandir a capacidade comercial.

Com relação ao primeiro ponto, os autores ressaltam que, para a região da Europa Ocidental, não estar na fronteira da Eurásia foi crucial para o desenvolvimento da região, pois a manteve protegida dos ataques mongóis. A exemplo disso podemos citar as devastação causada pelos ataques mongóis a cidades como Damasco e Bagdá. (Findlay e O'Rourke, 2007, p. 360).

Já o segundo ponto se explica a partir do fato de que o controle do Golfo Pérsico e do Mar Vermelho permitia a exploração de receitas de aluguéis de trânsito de comércio. Findlay e O'Rourke defendem que uma vez que os países da Europa Ocidental não detinham esse poder, isso era um “forte incentivo [para a Europa Ocidental] se engajar na exploração marítima” (2007, p. 360), proposta que exigia o desenvolvimento de um poder naval de alto nível, a fim de suprimir, pelo uso da força, competidores. Os autores ressaltam que “com a importância estratégica, primeiro do Mediterrâneo e depois do Atlântico, os europeus desfrutaram de uma pronunciada vantagem naval, com navios que eram essencialmente plataformas de armas flutuantes” (ibid., p. 360).

Alcançada essa eficácia na imposição de poder via capacidade militar na área naval, se torna interessante se voltar para a questão das disputas entre os próprios países da Europa Ocidental pelo poder ultramarino. Em relação a este tema, os autores mostram que o êxito capitalista na Inglaterra está intrinsecamente associado às suas vitórias militares contra seus adversários Europeus – notadamente Holanda e França.

II.1.1 Expansão e Colonialismo

O período do mercantilismo é marcado por grandes disputas de poder colonial entre os países europeus. Espanha e Portugal iniciaram primeiro sua exploração ultramarina, de modo que os seus seguidores entraram na disputa atrasadamente. Com parte do continente americano sob o domínio espanhol lusitano, os demais países passaram a disputar territórios na América do Norte, nas ilhas da América Central, além de espaços na costa africana. Na lógica mercantilista, a dominação das colônias possibilitava, para além da busca por metais preciosos, uma facilidade de obtenção de matéria prima e o controle de determinadas rotas comerciais. Ou, sucintamente, “o período entre meados do século XVII até o início do século XIX, viu uma longa disputa entre as principais potências europeias pelo controle de recursos, território e comércio no Novo Mundo” (FINDLAY e O’ROURKE , 2007, p. 227).

A Inglaterra se insere nesse contexto como um dos “retardatários” no processo de dominação ultramarina. De fato, os autores mostram que a relação inicial da Inglaterra com o comércio Atlântico esteve mais associada à pirataria e saques, chamando atenção para o fato que de entre meados do século XVI e as primeiras décadas do século XVII a principal característica da frota inglesa era sua “aptidão para a guerra e para a predação” (ANDREWS, 1984,p.356 apud FINDLAY e O’ROURKE, 2007, p. 230).

A partir da primeira metade do século XVII, a Inglaterra dá início ao seu processo de colonização, com a aquisição da Virginia, Nova Inglaterra, St. Kitts, Nevis, Antigua, Montserrat e Barbados e, posteriormente, da Jamaica (FINDLAY e O’ROURKE, 2007, p. 230). Essa última é considerada pelos autores como a marca da importância que tiveram o comércio, o colonialismo e a pilhagem para o alvorecer do que viria a ser o Império Britânico. Isso se deu, em primeiro lugar pelo estabelecimento de um ponto de pirataria e contrabando em posição bastante estratégica contra o Império Espanhol⁸. Os ganhos desse comércio ilegal eram investidos pelos colonos em lucrativas plantações de açúcar. Ou seja, sem grandes custos para a metrópole, a colônia era capaz de enfraquecer inimigos poderosos e trazer ganhos para Inglaterra a partir da exportação de açúcar.

A relação da metrópole com as colônias da Nova Inglaterra foi bem diferente. Com uma população formada principalmente por dissidentes protestantes, a Nova Inglaterra se inseria

⁸ A estratégia contra o Império Espanhol fica explicitada na passagem: “Os colonos espanhóis, das ilhas e do continente, achavam mais barato e mais conveniente obter suas importações de bens europeus através da Jamaica ao invés de aguardar a frota anual vinda de Sevilha ou Cádiz, como exigido por regulamentação oficial”. (Findlay e O’Rourke, p. 232)

na lógica do comércio colonial de forma complementar ao comércio das Índias Ocidentais (FINDLAY e O'ROURKE, 2007, p. 234). Os autores mostram, ainda, que o crescimento da população aliado a “uma economia diversificada de cultivo de milho, comércio de peles, criação de gado, pesca e construção naval, bem como uma variedade de serviços de transporte e outros” (ibid., p. 235) levou a um rápido processo de urbanização e fez florescer um setor financeiro em Boston “com a sua própria elite mercantil, [e que] era o ponto de entrada para as importações britânicas de onde eram distribuídas às outras colônias continentais e às Índias Ocidentais” (ibid., p. 235).

Uma vez estabelecida sua posição como metrópole imperial, a Inglaterra se volta para a obtenção de monopólios comerciais, numa disputa direta com a Holanda. Findlay e O'Rourke apontam que “a Inglaterra emergiu da sua Guerra Civil [terminada em 1649] com uma marinha forte e uma classe média agressiva disposta a desafiar a hegemonia comercial holandesa” (2007, p. 240), o que, de fato, se observaria no decorrer da história.

II.1.2 Guerras e Expansão

Em meados do século XVII, o principal adversário a ser batido pela Inglaterra era a Holanda, que figurava como “(...) líder do comércio global em praticamente todos os mares e oceanos do mundo” (FINDLAY e O'ROURKE, 2007, p. 238). Os autores ressaltam que o período é marcado pela paz entre Holanda e Espanha, e que isso fortaleceu a posição holandesa uma vez que, a partir da paz, essa possuía liberdade para comercializar com a Espanha e suas colônias. Além disso, o período de paz possibilitou uma redução nos preços de frete e da taxa de juros holandesa, que somados ao fato da Holanda possuir boa tecnologia de manufatura de tecidos (um setor-chave da economia), deixou o país em posição bastante favorável diante do cenário do comércio internacional. (ibid., p. 238-239).

Somado a esse contexto, a paz com a Espanha ainda possibilitou aos holandeses sua expansão na África, estabelecer monopólios de especiarias asiáticas, e, ainda, fortalecer sua atuação no Caribe. Diante desta conjuntura, a ameaça que a Holanda representava para as pretensões inglesas era real. Assim, em um ataque claro à hegemonia comercial da holandesa, o parlamento inglês aprovou o que ficou conhecido como *The Navigation Act*⁹ (1651), cujo objetivo era “assegurar que todos os bens importados para Inglaterra deveriam ser transportados em navios ingleses ou navios do país de origem dos produtos importados”

⁹ O *Navigation Act* foi aprovado em 1651, com uma revisão parlamentar em 1660, que, somada a outras ações do parlamento, trouxe mais efetividade operacional (p. 237).

(*ibid.*, p. 237). Os autores mostram que se essa decisão trazia, por um lado, uma certa perda de eficiência no comércio, por outro representava um ganho muito maior que era comprometer a posição holandesa nas Índias Ocidentais.

Diante desta afronta inglesa à hegemonia holandesa, não é de se surpreender que em 1652 se iniciou a primeira Guerra Anglo-Holandesa. É marcante que os ingleses foram capazes de fazer bloqueios eficientes aos portos holandeses, causando prejuízos ao comércio do rival e, ainda, elevando preços de produtos básicos da alimentação holandesa (*ibid.*, p. 241).

A guerra terminou com o Tratado de Westminster, sem impor nenhuma condição de perdedor a nenhum dos dois lados. De fato, Findlay e O'Rourke mostram que “os ingleses podem ter tido melhor desempenho no combate naval, mas o resultado final foi mais consistente com um empate” (2007, p. 241).

Em 1665 é declarada a segunda guerra Anglo-Holandesa, após a captura da colônia holandesa de Nova Amsterdam. O fim desta guerra é marcado pela assinatura do Tratado de Breda (1667), que permitiu afrouxamentos em favor dos holandeses com relação ao *Navigation Act*, além de decisões sobre áreas de influência para ambos os países no Novo Mundo. (*ibid.*, p.244)

Houve, ainda, uma terceira Guerra Anglo-Holandesa que começou em 1672 e contou com o apoio militar da França que, como era considerada a maior potência bélica por terra, invadiu a Holanda com seu exército ao mesmo tempo em que auxiliou a frota britânica, atacando, assim, os Países Baixos em duas frentes. Contra as expectativas e com o apoio de Espanha e Áustria, a Holanda saiu como vencedora desta guerra, entrando num acordo de paz com a Inglaterra em 1674. Em consequência desse acontecimento, a Inglaterra deixa de lado sua rivalidade com a Holanda e se volta para a contenção da França. (*ibid.*, 245)

Antes de apresentar as disputas entre Inglaterra e França, cabe ressaltar que é marcante no período o aprimoramento militar marítimo que a Inglaterra fez. No intervalo entre a primeira e a segunda guerra Anglo-Holandesa, a marinha inglesa contou com um acréscimo de 200 navios à sua frota (FINDLAY e O'ROURKE, 2007, p. 242). Já em 1672, no curso da terceira guerra Anglo-Holandesa, a Inglaterra já podia se gabar de ter um poder naval “pelo menos igual ao holandês” (*ibid.*, p. 244).

Dito isso, podemos nos voltar para os conflitos Franco-Ingleses. As animosidades entre Inglaterra e França datam de muito antes do período aqui analisado. No escopo deste trabalho, os autores destacam duas grandes guerras entre esses dois países: A Guerra de Nove anos (1689-1697) e a Guerra de Sucessão do Trono Espanhol (1701-1713).

A primeira começou a despeito da Inglaterra, numa disputa entre a França e outros países europeus. Marcam esse conflito o fato de que foi uma guerra travada na Europa, bem como no Novo Mundo; a entrada da Inglaterra a fim de garantir a permanência de William III no trono; e a derrota da França com a assinatura do Tratado de Ryswick e sua reivindicação de São Domingos.

Apesar do tratado de paz, as disputas continuaram na América do Norte. Os ataques nas colônias envolviam alianças com habitantes nativos e ataques de colonos. A França foi bem-sucedida na sua relação com as tribos nativas e, em 1701, obteve sucesso com o tratado de Montreal, findando os conflitos no Novo Mundo.

À Guerra dos Nove Anos se seguiu a Guerra de Sucessão do Trono Espanhol. A fim de evitar que as Coroas espanhola e francesa se unissem de forma a criar um país europeu extremamente poderoso, a Inglaterra declara guerra à França. A Coroa Britânica e seus aliados saem vitoriosos dessa guerra, cujo fim marca perdas coloniais por parte francesa, que incluem a cessão de parte do Canadá e de St. Kitts (ibid., p. 251).

Do ponto de vista do poder marítimo, a Inglaterra saiu desta guerra consideravelmente fortalecida. Além das concessões territoriais francesas, o Reino Unido garantiu, ainda, a posse de Gibraltar e o Tratado de Methuen (ou Tratado de Panos e Vinhos) onde “a Inglaterra detinha acesso preferencial às exportações de tecido pra Portugal em troca de preferências recíprocas para exportação de vinho portuguesas” (ibid., p. 252). Pode se dizer que essa guerra foi “um marco na ascensão da Grã-Bretanha como uma grande potência, bem como a ascensão do seu império ultramarino” (FINDLAY e O’ROURKE, 2007, p. 251).

As duas potências se envolveram, ainda, em mais uma guerra ao longo do século XVIII. Conhecida como Guerra Franco-Indígena ou Guerra dos Sete Anos (1756-1763), essa guerra se originou com conflitos entre colonos de ambos os países e se estendeu para o globo, através do apoio dessas potências aos seus colonos, chegando, inclusive, a afetar relações comerciais de duas grandes Companhias das Índias Orientais (inglesa e francesa). Findlay e O'Rourke

marcam que "diferentemente de todas as guerras desde 1680, que acabaram com mudanças marginais no status quo, a Guerra dos Sete Anos foi um triunfo decisivo da Grã-Bretanha sobre a França" (2007, p. 253), onde a primeira adquiriu territórios na América do Norte a ponto de tomar o controle desse continente (ibid., p. 254).

Um último conflito precisa ser mencionado e é, sem dúvidas, a Guerra de Independência dos Estados Unidos. As tensões entre a metrópole e os colonos da Nova Inglaterra vinham se acirrando, principalmente no que diz respeito às restrições do *Navigation Act* e reclamações sobre a cobrança de impostos. Em 1776 os colonos declaram independência e dão início à Guerra. França, Espanha e Holanda se aliaram aos colonos e saíram vencedores do conflito. Em 1783 foi assinado o Tratado de Paris, reconhecendo a nova República dos EUA, mas manteve a região do Canadá sob posse inglesa. (ibid., p. 259)

Apesar da perda significativa que a independência dos EUA representou para a Inglaterra “precisamente no momento em que a Revolução Industrial começou a ganhar impulso” (ibid., p. 252), os autores mostram que a República recém-independente, manteve estreitas relações comerciais com a ex-metrópole. Parte disso é associado ao *path-dependence*, que comumente continua a estimular o comércio entre ex-colônias e ex-metrópoles, por não ter que incorrer em custos mais altos de estabelecer novas relações comerciais, além da questão da língua comum entre ex-colônias e ex-metrópoles, caso exato dos EUA em relação à Inglaterra (ibid.). Esse ponto é expressivo, pois os EUA exerceu papel fundamental no que viria a ser o Comércio Triangular do Atlântico (relações comerciais entre Europa-África-América, cruciais para sustentar as indústrias inglesas da Revolução Industrial) e, de fato, “entre 1854-56, os EUA eram responsáveis por mais de $\frac{3}{4}$ de todas as importações [britânicas]” (MITCHELL 1988, p. 334 apud FINDLAY e O’ROURKE, 2007, p. 334).

II.1.3 Financiamento Militar e Questão Fiscal

Apesar da derrota para os colonos (e seus aliados europeus) na Guerra de Independência, a Inglaterra durante esse período de guerras se destacou como superpotência naval. Esse destaque, contudo, tinha o seu custo, como, por exemplo, o de manter as provisões para uma tripulação completara de batalha, que podia conter mais de 24 mil homens (DUFFY, 1992, p. 66 apud FINDLAY e O’ROURKE, 2007, p. 256) . Além do custo de manutenção havia o custo dos navios em si, como um navio de 74 armas, que em 1780 podia custar por volta de

£50,000, dez vezes o valor da maior fábrica inglesa no período (BAUGH, 2004, p. 238 apud FINDLAY e O'ROURKE, 2007, p. 256).

Em seu livro *The Sinews of Power* (1989), Brewer estuda o sucesso da Inglaterra enquanto um Estado fiscal-militar. O autor argumenta que “as guerras do século XVIII, em escala maior do que nunca, exigiam grandes quantidades [de homens e dinheiro]” (BREWER, [1989] 2005, p. 31) e que “os efeitos das atividades militares da Grã-Bretanha nos gastos públicos (...) mostram um padrão claro de picos durante os anos de guerra, e baixas em anos de paz” (ibid.). A expansão de gastos em cada guerra não é desprezível, saltando de um patamar de £7 milhões por ano durante a Guerra de Sucessão Espanhola para quase £30 milhões por ano durante a Guerra de Independência Americana (ibid.).

Uma opção clara de financiamento desses gastos era via dívida pública, onde se observa uma grande ampliação no mesmo período. A partir dos estudos de Brewer, Findlay e O'Rourke mostram que a dívida pública inglesa salta de £ 16,7 milhões para £ 132,6 milhões entre os anos de 1697 e 1763 (2007, p.256), alcançando o patamar de £ 243 milhões com os gastos na Guerra de Independência Americana.

Atingir o sucesso militar estava intrinsecamente associado à capacidade de sustentar tamanhos e continuados gastos. Estima-se que ao longo do século XVIII, a Inglaterra direcionava entre 75% e 85% dos gastos anuais com custos bélicos, sejam eles gastos correntes com exército e marinha ou em serviço de dívidas das guerras prévias (BREWER, [1989] 2005, p. 31). Findlay e O'Rourke indicam, a partir dos estudos de Brewer e outros, que grande parte do sucesso militar britânico, então, foi proporcionado por sua eficiência na coleta de impostos, criando um Estado Fiscal competente para financiar os esforços militares.

Comparado com a eficiência militar de outros Estados europeus, a Inglaterra se destacou como grande Estado-Fiscal, alcançando o dobro de receitas em impostos (em termos reais *per capita*) que a França ao longo do século XVII (FINDLAY e O'ROURKE, 2007, p. 257). Parte desse sucesso à época é correlacionado com a organização do sistema fiscal (baseado em impostos indiretos sobre consumo) e a qualificação dos funcionários responsáveis pela coleta (ibid.). Brewer também associa o sucesso do estado-fiscal inglês ao corpo técnico qualificado das autoridades fiscais, além da centralização de arrecadação e despesas no Tesouro.

Além da relação direta entre arrecadação e gastos, uma base tributária mais eficiente também possibilita melhores cenários para a dívida pública, como explicitado no trecho:

Essa base tributária mais forte também permitiu que a Grã-Bretanha se endividasse mais extensivamente e a taxas de juros mais baixas do que a França, de modo que o ônus fiscal de muitas guerras pudesse ser “suavizado” pela questão da dívida pública nos mercados monetários e de capitais presididos pelo Banco. da Inglaterra, criada em 1694 (FINDLAY e O’ROURKE, 2007, p.257).

Assim, vemos mais uma esfera onde a Inglaterra alcançou grande eficiência no período mercantilista, que indiretamente possibilitou o aumento do seu poder de influência global, essencial para estabelecer as bases da Revolução Industrial.

II.2 Resultados no Comércio

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, a Inglaterra fez esforços (que incluíram pilhagem, dominação, guerras, etc.) para se tornar hegemônica no comércio global. Findlay e O’Rourke mostram que “o comércio internacional inglês se transformou nas últimas quatro décadas do século XVII, graças ao crescimento explosivo das reexportações coloniais, principalmente de tabaco e açúcar, substituindo em relativa importância, a pauta tradicional de exportação de roupas de lã” (2007, p. 259).

Com efeito, a pauta reexportadora ganhou grande importância após *The Navigation Act*, já que, além das regras de uso de navios ingleses, a lei ainda previa que “uma série de mercadorias, tais como açúcar, tabaco, algodão, gengibre, índigo, e alguns outros corantes só poderiam ser exportados das colônias inglesas para a própria Inglaterra” (FINDLAY e O’ROURKE, 2007, p. 238), de modo que a reexportação desses produtos pela Inglaterra ganhou grande importância após o *Act*, se sobrepondo à exportação de roupas de lã com o passar do tempo. Os autores mostram que

Antes do início da Guerra Civil [1642] 80% das exportações da Inglaterra eram de tecidos de lã para a Europa, e o comércio extra-europeu era apenas uma pequena fração do total. Em 1700, no entanto, a exportação de lã caiu para menos da metade do total, apesar de ter crescido rapidamente em termos absolutos, devido ao enorme aumento das reexportações coloniais que haviam ocorrido no final do século. (FINDLAY e O’ROURKE, 2007, p. 243)

Esse trecho demonstra a mudança no padrão de comércio inglês ao longo do período mercantilista. O crescimento da reexportação de bens como tabaco e açúcar ganhou

importância com a redução dos custos produção, propiciando a criação de um mercado de massa para esses produtos na Europa, onde eram, anteriormente, mercadorias de luxo. (ibid., p. 259).

Ao longo do século XVIII, a Inglaterra aprofundou sua participação no comércio internacional, expandido tanto a pauta, como o total de exportações. Com relação à pauta exportadora, ganha importância na época a exportação de manufaturados como pregos, machados, armas, relógios e outros (ibid., 260). Quanto ao aumento total das exportações, isso pode ser observado com dados como o crescimento de reexportação de tecidos indianos pela Companhia das Índias Orientais, alcançando £701.000 no início da década de 1770 (ibid., p. 261) e o crescimento da exportação para África e América dos manufaturados supracitados, que cresceram de menos de £300.000 para £2.5 million ao longo do século (ibid., 262).

A mudança no padrão de comércio internacional inglês ao longo desse período é marcante. A queda de importância relativa do que, até então, era um setor-chave, o de roupas de lã, bem como a queda relativa de importância do comércio intra-europeu para o ganho de importância relativa do comércio ultramarino, marcam essa mudança. Tal transformação evidencia o sucesso inglês na corrida mercantilista e é ressaltado pelos autores em “esses números refletiam diretamente os sucessos da fase mercantilista da evolução do comércio exterior britânico, como a influência dos *Navigation Acts* e as vitórias e anexações da Guerra dos Sete Anos” (ibid., 327).

II.3 Revolução Industrial

II.3.1 Inovações Tecnológicas

Já estabelecida como grande potência do comércio global, a Inglaterra viu ocorrer ao longo do século XVIII e início do século XIX o alvorecer da sua indústria de tecidos de algodão, o marco da Revolução Industrial e da forma de acumulação capitalista. Passando a dominar o mercado de tecidos (antes prioritariamente de tecidos de algodão da Índia e Chinesa, e tecidos de lã na Europa) e mudando as relações comerciais como um todo.

O despontar da indústria de algodão na Inglaterra foi parte de uma combinação de fatores. Vale citar a proteção do mercado doméstico içada pela indústria de lã inglesa. Findlay e O'Rourke mostram que “eles [tecidos indianos e chineses] eram de fato tão bem sucedidos em competir com os tecidos de lã no mercado doméstico que a indústria de lã [da Inglaterra]

incitou com sucesso a proteção contra as importações de tecidos de algodão da Índia, Pérsia e China, impondo uma proibição em 1700 e estendendo-a em 1721” (2007, p. 318). Outro fator importante data do século XVI, com a chegada de refugiados da Antuérpia que se estabeleceram em Lancashire (p.318) e usavam um algodão grosso e fraco, que era misturado com linho pra melhor manuseio. Essa mistura estava fora da proibição do mercado de tecidos de algodão, de modo que foi a partir daí que a indústria de algodão cresceu na Inglaterra.

Um outro ponto marcante do período para os autores, já como uma consequência desse processo, é a explosão populacional sustentada e contínua, superando a chamada *armadilha malthusiana*, como mostram os autores ao dizer que “a grande conquista da Revolução Industrial foi, assim, permitir uma expansão massiva da população sem qualquer declínio nos padrões de vida, sugerindo que as antigas restrições malthusianas estavam sendo superadas” (FINDLAY e O’ROURKE, 2007, p. 316). De fato, o que se via na história das sociedades europeias, até então, seguia o modelo malthusiano onde “com capital, terra e tecnologia dados, há retornos decrescentes do fator trabalho, implicando que quando a população cresce, a produtividade e os salários reais caem”(ibid., p. 315).

Um ponto crucial da Revolução Industrial se insere no âmbito das inovações tecnológicas e, em grande parte, na dimensão que essas inovações ganharam no processo produtivo. A fim de exemplificar a dimensão das inovações tecnológicas, podemos perceber como as inovações ao longo de período ocorrem em diversas áreas, desde a área mais mecânica, com a tecelagem propriamente dita e a fiação, com grandes ganhos de produtividade; na área química, com o ácido sulfúrico e a invenção do pó branco, ambos para branquear os tecidos; além do “avanço crucial”, marcado pelos autores, que foi o uso da máquina à vapor como fonte energética para a nova indústria (ibid. p. 310).

Obviamente que a conexão entre progresso técnico na têxtil de algodão e as práticas mercantilistas da Inglaterra são bastante “diretas”. Afinal, como mencionado acima as re-exortações representavam um empreendimento comercial de grande importância para a Inglaterra. Assim, foi com a exploração dos produtores indianos que a Inglaterra e seus produtores locais puderam criar seus mercados internacionais além de incorporar a tecnologia de produção então dominada pela Índia.

A inovação da máquina a vapor se encaixou perfeitamente no processo de Revolução Industrial inglês. Em primeiro lugar, essa é uma inovação crucial, pois, além de trazer consigo

um grande aumento na produtividade, as fontes de energia minerais deram mais autonomia da produção com relação à natureza, uma vez que, ao contrário de fontes de origem animal, madeira, ou água, por exemplo, não dependiam da “fertilidade da superfície da terra [nem eram] específicos do tempo e do local” (ibid., p.320). Isso se traduziu em ganhos especiais para a Grã-Bretanha, uma vez que “embora ficando sem florestas, teve a sorte de ter muito carvão disponível embaixo da terra, e as novas tecnologias permitiram que se explorassem pela primeira vez de forma prolongada e sistemática as vastas reservas (...)” (ibid., p. 321).

Neste caso, o comércio internacional e o desenvolvimento de uma grande metrópole à época, Londres, teve impactos indiretos muito importantes sobre o desenvolvimento da tecnologia do vapor. A necessidade de calefação residencial e o encarecimento relativo do suprimento de lenha fez com que se aprofundasse a exploração de carvão e foi exatamente através desta exploração que começaram a se desenvolver as máquinas à vapor pioneiras com intuito de retirar água do lençol freático de minas cada vez mais profundas.(ver Allen 2010 capítulos 4,5)

II.3.2 Revolução Industrial e Comércio

Como já explicitado no início do capítulo, o trabalho de Findlay e O’Rourke busca mostrar como o comércio internacional desempenhou um papel fundamental para a Revolução Industrial. Até aqui, foi mostrado como o comércio desempenhou sua função pré-revolução industrial, possibilitando todo o contexto propício para esse acontecimento na Inglaterra. Após o desenvolvimento da indústria de algodão inglesa, os autores defendem que o comércio seguiu como propulsor desse processo, garantindo que o modelo capitalista se desenvolvesse.

Viu-se que a Inglaterra se sai muito bem sucedida da disputa mercantilista, mudando sua posição de baixa participação no comércio global para grande potência na área. Ao longo do período o país alterou drasticamente sua pauta de comércio externo, ganhando força com a reexportação e dominando grandes rotas de comércio, como mostram os autores em “O comércio britânico nos primeiros três quartos do século XVIII adquiriu um caráter decisivamente intercontinental, em contraste com sua orientação européia mais tradicional no final do século XVII. (FINDLAY e O’ROURKE, 2007, p.261)

Obviamente a posição hegemônica no comércio mundial que gozava a Inglaterra às vésperas da Revolução Industrial foi marcante para o encadeamento da revolução do modo de produção. Os autores advogam que

Nossa primeira alegação é que as notáveis inovações da Revolução Industrial não teriam tido as consequências profundas e sustentadas que elas tiveram, se a indústria britânica não tivesse operado dentro da estrutura global de fontes de matérias-primas e mercados para produtos acabados que haviam sido desenvolvidos durante o Auge do mercantilismo e dos Atos de Navegação, e consolidado pelas vitórias na longa série de guerras contra os holandeses e franceses. (FINDLAY e O'ROURKE, 2007, p. 339).

De fato, essa alegação parece convincente, principalmente quando se observa o papel-chave do comércio triangular do Atlântico em sustentar toda a cadeia da indústria de tecidos inglesa, uma vez que ela estava conectada “para trás” (matérias primas) e “para frente” (mercado consumidor) com o comércio ultramarino. Os autores definem essas relações comerciais no Atlântico pós Revolução Industrial da seguinte forma:

O modelo tem três regiões. A Grã-Bretanha (ou Europa) produz manufaturas com capital e mão-de-obra, que supostamente são de suprimento fixo, e um insumo intermediário primário, como algodão cru que é transformado em tecido, ou açúcar bruto que é refinado para consumo final. A América (ou o Novo Mundo) produz a matéria-prima que é exportada e usada como insumo intermediário para a fabricação na Grã-Bretanha, em troca de manufaturas. Produz essa matéria-prima com mão-de-obra escrava importada da África a um custo marginal crescente e a terra que está em estoque fixo. A África exporta escravos em troca de importações de manufaturados. O comércio de cada região é globalmente equilibrado, numa base multilateral (*ibid.*, p.340).

Assim, vê-se que a Inglaterra continuou desfrutando da sua posição dominante no comércio internacional, impondo suas preferências no sistema global de comércio e sendo capaz, assim, de usar o comércio não só como propulsor da sua economia, mas também, ela própria, impulsionando o comércio, a fim de explorar os ganhos da sua Revolução Industrial.

II.4 Comércio, Revolução Industrial e Lógica Circular Cumulativa

Após essa apresentação breve do trabalho de Findlay e O'Rourke, podemos defrontar a visão dos autores com o foco deste trabalho. Para os autores, o comércio foi uma peça importante na gênese da Revolução Industrial; uma peça-chave numa mistura de fatores que, juntos, proporcionaram tal acontecimento. Os autores que serviram de referência para este capítulo, entretanto, tem uma definição bastante restrita, ou tecnológica para a Revolução Industrial que “...pode[ria] ser modelada como um choque tecnológico positivo, que aumentou a eficiência com que capital e trabalho passaram a converter matéria prima importada e produção manufaturada final” (2007, p. 340).

Assim, a expansão comercial teria um papel indireto ao estimular tais mudanças tecnológicas radicais. A posição-chave que o comércio se expressa na mudança no padrão de acumulação tem relação direta com a sua capacidade de expandir mercados, respondendo tanto a uma pressão de demanda de matéria prima pra indústria (não disponível na Inglaterra), quanto a uma necessidade de escoamento via mercados externos que permitiu que a indústria crescesse mais do que seria se contasse apenas com o mercado doméstico inglês.

Nesse sentido, o comércio internacional atuaria como um “veículo” de transmissão do choque inicial (mudança tecnológica) num círculo virtuoso que se expande por todo o globo num movimento de aumento da renda que reforça tanto o choque inicial quanto o próprio comércio, nesse caso.

Ou seja, neste caso o grande comércio monopolista internacional do período mercantilista inglês teria desempenhado um papel importante *após* a mudança no padrão tecnológico (essencial para que esse choque viesse a ficar conhecido como Revolução Industrial), mas também como condicionante anterior, ao criar as bases para a mudança no modo de acumulação, através das conquistas, do financiamento bélico, dos ganhos que a Inglaterra obteve com a sua posição hegemônica, etc.

Essa visão dos autores Findlay e O'Rourke aqui apresentada, que destaca a combinação da expansão comercial e bélica da Inglaterra como elemento central de seu pioneirismo na Revolução é compartilhada por outro autor.

Beckert (2014) critica os autores convencionais institucionalistas para explicar a Revolução Industrial. A Inglaterra não era uma nação liberal com instituições neutras/imparciais e confiáveis, mas sim “...uma nação imperialista caracterizada por enormes gastos militares, um estado de guerra quase constante, uma burocracia poderosa e intervencionista, impostos altos, alta dívida pública e tarifas protecionistas - e certamente não era democrática.”(p. 11).

A formação de um capitalismo com produção industrial:

“... só foi possível devido ao surgimento de novas formas de organização da produção, do comércio e do consumo. A escravidão, a expropriação dos povos indígenas, a expansão imperial, o comércio armado e a afirmação da soberania sobre as pessoas e a terra pelos empresários estavam no centro. Eu chamo esse sistema de capitalismo de guerra.”(p. 12)

Em resumo, a posição destes autores é que as custas da expropriação de povos nos quatro quadrantes do mundo, com a direta participação dos Estados nacionais, associados a uma classe de mercadores monopolistas, foram criados mercados e possibilidades objetivas para que se desenvolvessem tecnologias que caracterizariam o sistema produtivo mercantil a partir do final do século XVIII.

III A ÓTICA DA RELAÇÃO DE CLASSES

Neste capítulo será feita uma breve descrição da visão de Robert Brenner acerca dos mecanismos que levaram a Inglaterra a romper com o antigo padrão de acumulação feudal e passar ao modo de produção capitalista, inicialmente rural, mas que pela criação de mecanismos endógenos de acumulação iria resultar na Revolução Industrial. Ao contrário da interpretação de Findlay e O'Rourke, explorada no capítulo anterior, que enxerga o comércio (sobretudo o comércio ultramarino) como pronto-chave no entendimento do processo de superação do modo de produção feudal para o capitalismo, a linha de Brenner (explorada neste capítulo a partir do trabalho *Agrarian Class Structure and Economic Development*, 1987, do autor) analisa o processo a partir das relações de classe e da criação de novas formas de propriedade e exploração das atividades agrárias.

Pode se destacar um ponto de identidade nos trabalhos citados, que é o reconhecimento de que a mudança no padrão tecnológico não é um fator autoexplicativo do estabelecimento do modelo capitalista. Ao contrário, a disseminação da industrialização e de um novo padrão de acumulação, se deveu, de alguma forma, a estrutura específica da Inglaterra que gerou o contexto necessário para que a mudança no padrão tecnológico e de acumulação se estabelecesse de forma a alterar o sistema mundial. É nesse sentido que os trabalhos se distanciam, pois cada um volta seus estudos para um protagonista diferente nessa mudança estrutural. Nessa perspectiva, Brenner se volta para as relações de classe, como colocaram Bastos, Crespo e Mazat:

O ponto, central na contribuição de Brenner, é que a adoção de tecnologias de produção, ou especificamente, da produção rural, que não respondeu ao aumento da demanda de alimentos, não é neutra e depende do modo de produção, ou como as classes participam do processo de produção. [...] Segue-se o raciocínio que a eliminação da exploração feudal do trabalho, ou seus arranjos institucionais de extração do excedente são cruciais para a adoção de métodos mais eficientes e, portanto, para o avanço das forças produtivas e da acumulação de capital. (p. 10)

No segundo capítulo foi mostrado como, para Findlay e O'Rourke, o comércio internacional foi capaz de reforçar e impulsionar os ganhos advindos da sistemática introdução de inovações tecnológicas, a marca da Revolução Industrial e, numa perspectiva de mais longa duração da própria superação do modelo feudal. Aqui será mostrado como Brenner chega à Revolução Industrial a partir do desenvolvimento do que ele chama de “Capitalismo Agrário”, onde relações específicas de classe da Inglaterra levaram ao

estabelecimento de um sistema agrícola baseado em relações de trabalho assalariada e dando início ao processo de introdução de novas tecnologias em busca do aumento da produtividade, estabelecendo, assim, as bases do sistema capitalista, que se toma um impulso radical a partir da Revolução Industrial, ou seja, neste caso há uma clara linha evolutiva do surgimento do capitalismo, especificamente do capitalismo rural, como condição necessária e até certo ponto suficiente¹⁰ para a Revolução Industrial. Para o próprio autor: “em termos simples, meu argumento é de que o avanço da ‘economia tradicional’ para o desenvolvimento econômico relativamente autossustentável foi fundamentado no surgimento de um conjunto específico de relações de classe ou de propriedade social no campo - isto é, relações de classe capitalistas.” (BRENNER, 1987, p. 30).

Nesse sentido é importante ressaltar dois pontos. Primeiramente, e essencial para o entendimento da linha de pensamento de Brenner, é necessário delimitar aquilo que o autor trata como “estrutura de classe” e que, para ele, possui dois aspectos analíticos. O primeiro refere-se às “forças sociais de produção” (ou “processo de trabalho”), definido como “as relações dos produtores diretos uns com os outros, com suas ferramentas e com a terra no processo imediato de produção” (BRENNER, 1987, p. 11). O segundo trata, especificamente, da relação que estabelece os limites da extração de excedente, chamado por Brenner de “relação de propriedade”, e é determinado pelas “relações de propriedade intrinsecamente conflitivas - sempre garantidas direta ou indiretamente, em última análise, pela força - por meio das quais uma parte não paga do produto é extraída dos produtores diretos por uma classe de não produtores.” (ibid.) Assim, a servidão (relação de classe padrão do sistema feudal) “era uma relação de poder que poderia ser revertida, por assim dizer, apenas em seus próprios termos, através de uma mudança no equilíbrio das forças de classe.” (ibid., p. 27)

Outro realce importante que precisa ser feito acerca do trabalho de Brenner é que o autor não ignora a importância do comércio no processo de transição do feudalismo para o capitalismo, mas considera que não é o fator determinante na mudança do padrão de acumulação. Em outros termos, “(...) ele [Brenner] não nega a relevância do comércio para a determinação de tendências de longo prazo, mas coloca sua relevância em uma hierarquia de causalidade mais baixa, seu impacto depende da estrutura de classe específica.” (BASTOS; CRESPO; MAZAT, p. 9).

¹⁰ Suficiente no sentido que o sistema capitalista nasce com

Salientar esse ponto é importante na comparação dos dois trabalhos aqui apresentados. De fato, se percebe que Brenner reconhece o valor do comércio para o processo, contudo define que “é a estrutura das relações de classe, do poder de classe, que determinará a maneira e o grau em que as mudanças demográficas e comerciais específicas afetarão as tendências de longo prazo na distribuição da renda e do crescimento econômico - e não o contrário.”(BRENNER, 1987, p. 11), explicitando, assim, o que Bastos, Crespo e Mazat definiram como o *status* de “hierarquia de causalidade mais baixa” dada ao comércio. Para evidenciar seu ponto, Brenner mostra que a intensificação do comércio teve resultados diferentes em diferentes áreas, a depender das relações de classe presentes em determinado local.

III.1 Crítica ao Modelo Comercial

Para Brenner, a capacidade que a mudança radical nas relações de produção agrária teve de superar o modelo de acumulação anterior, deriva do arranjo social de produção que aí se desenvolve, e acabou sendo responsável por viabilizar não só a própria Revolução Industrial, como a sua perpetuação enquanto modelo de acumulação. Assim, o comércio não pode ser considerado verdadeiramente “revolucionário”, pois este não teria a vocação de alterar as estruturas produtivas. Para Bastos, Crespo e Mazat, o argumento de Brenner “se refere à incapacidade da intensificação das relações comerciais para romper verdadeiramente a relação de extração de excedente baseada em alguma forma de coerção.” (p. 11)

A essência da crítica de Brenner ao “modelo comercial” se encontra na apresentação de contraexemplos, onde a intensificação do comércio levou a um processo distinto daquele assistido na Inglaterra. Nessa perspectiva, o caso mais emblemático é o do Leste Europeu, no qual a intensificação do comércio não leva à superação da servidão, mas justamente à ampliação desta. Nas palavras do autor: “o caso da Europa oriental, onde, durante o período medieval tardio e início da modernidade, o poderoso impacto do mercado mundial de grãos deu um grande impulso ao aprofundamento da servidão camponesa ao mesmo tempo estimulando o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente”. (BRENNER, 1987, p. 25)

Para seguir com o seu argumento, o autor mostra como o crescimento do comércio internacional de grãos levou a resultados distintos em termos de aprofundamento ou afrouxamento do padrão de servidão nas regiões que hoje correspondem ao nordeste e ao noroeste da Alemanha. A região como um todo foi afetada pelo aumento do comércio

internacional de grãos, assim, seria de se esperar (com base num modelo comercial) que as relações de mercado forçariam um afrouxamento na servidão. O que, de fato, se observou na parte oeste, o que poderia nos levar a crer no modelo, como mostra Brenner:

Realmente, em um plano mais geral, o crescimento precoce do comércio no Ocidente medieval foi freqüentemente usado para explicar em grande parte a força relativa do campesinato na Europa ocidental e, portanto, o declínio da servidão. O crescimento do mercado, argumenta-se, tornou possível o surgimento de uma camada significativa de grandes camponeses que, através da venda de excedentes agrícolas, foram capazes de acumular grandes propriedades e, com base nisso, acumular poder e desempenhar um papel fundamental. papel na organização da resistência camponesa. (BRENNER, 1987, p. 38)

Partindo de um modelo comercial, então, esperava-se que o mesmo movimento pudesse ser observado na parte oriental. Contudo, o que se observou no leste foi exatamente o oposto, um processo de agravamento da servidão. Para Brenner, isso mostra que o comércio por si só não é capaz de explicar mudanças no padrão de acumulação, pois este depende de mudanças na estrutura da relação de classes. Assim, o autor segue mostrando o que diferenciou o movimento de reação ao comércio de grãos nas duas regiões.

A marca do afrouxamento da servidão na parte ocidental é o processo histórico pelo qual a classe de camponeses conseguiu limitar o poder dos senhores de terra. Brenner explica que só o histórico das relações de classe em cada pode atingir a superação da servidão, uma vez que esta era “a capacidade do senhor de exercer pressão extra-mercado sobre os camponeses na determinação do nível das rendas, em particular impedindo a mobilidade camponesa e, portanto, um mercado livre de arrendatários” (BRENNER, 1987, p. 26), de forma que “ [variações] de fatores de mercado de qualquer tipo, não eram em si suficientes para determinar a dissolução da servidão.” (ibid., p. 27).

Assim, para o mesmo estímulo (crescimento do mercado internacional de grãos), duas regiões muito próximas desenvolvem destinos distintos. Do lado ocidental, o estímulo de mercado encontrou uma sociedade onde os camponeses, através de um histórico de solidariedade e fortalecimento, conseguiam êxito em “limitar consideravelmente as reivindicações da aristocracia e, finalmente, dissolver a servidão e evitar a reação senhorial” (BRENNER, 1987, p. 44) através de um “processo de resistência teimosa, vila por vila, através do qual os camponeses desenvolveram sua solidariedade e institucionalidade” (ibid.).

Esse processo, contudo, não se deu de modo uniforme pela Europa, como já foi visto e como ressalta a passagem:

O desenvolvimento da solidariedade e da força camponesas na Europa Ocidental - especialmente porque isso se manifestou na organização camponesa ao nível da aldeia - parece ter sido muito maior na Europa ocidental do que na oriental; e essa institucionalização superior do poder de classe dos camponeses no Ocidente pode ter sido central para sua capacidade superior de resistir à reação seigneurial. (BRENNER, p. 40-41).

Dessa forma, o leste europeu vivenciava o agravamento da servidão, como mostra Brenner em “(...) na Europa Oriental, em particular na Pomerânia, Brandemburgo, Prússia Oriental e Polônia, o declínio da população a partir do final do século XIV foi acompanhado por um movimento bem-sucedido em direção à imposição de controles extraeconômicos, que é a servidão.” (BRENNER, 1987, p. 23). E foi, precisamente, desta maneira que a região respondeu aos estímulos do mercado de grãos, aprofundando o processo de servidão camponesa, em contradição clara com o que ocorreu no ocidente, em resposta ao mesmo estímulo.

É interessante colocar, ainda, que, apesar de não exergar no comércio o ponto-chave na superação do modelo de acumulação, o autor reconhece a importância das forças de mercado atuando, inclusive, no desenvolvimento das relações de classe, através do possível reforço das disputas entre as classes (BRENNER, 1987, p. 37)

III.2 Choques Demográficos e o Modelo Malthusiano

A explicação de porque o comércio não pode ser o ponto-chave da transição do feudalismo pro capitalismo (na visão de Brenner), através da comparação das consequências distintas que a elevação no nível do comércio internacional de grãos teve na Europa Ocidental e no Leste Europeu, poderia suscitar o seguinte questionamento: se poderiam ser, então, as oscilações demográficas o ponto crucial da transição estudada.

Seria uma resposta mais simples às trajetórias distintas das relações de servidão na Europa Ocidental e Oriental. Isso porque, como já visto, os caminhos desiguais derivam das crises demográficas da baixa Idade Média, como mostra Brenner em:

A servidão teve sua ascensão no leste (e sua queda definitiva no oeste) no período de declínio demográfico da baixa Idade Média; consolidou-se durante o aumento transeuropeu da população dos séculos XVI e XVII; e foi

ainda mais aguçado na época dos desastres demográficos do final do século XVII. (1987, p. 37).

Entretanto, talvez mais que o modelo comercial, Brenner em sua contrinuição buscava questionar a hipótese demográfica para o fim do feudalismo, ou seja, que foi a própria dinâmica populacional que acirrou as contradições do modo de produção feudal levando-o à dissolução.

Descrito por Brenner como um “modelo de duas fases”, o modelo malthusiano de choques demográficos é definido por uma primeira fase de crescimento da população em situação propícia seguido por uma fase “com retornos decrescentes na agricultura devido ao declínio da fertilidade do solo e à ocupação de terras cada vez mais marginais” (BRENNER, 1987, p. 14). Nessa fase, então, há aumento no preço dos alimentos e dos alugueis. Essa segunda fase seria o “mecanismo embutido de autocorreção”, onde “a subdivisão cada vez maior de arrendamentos e o esgotamento de recursos significam superpopulação, o que leva a restrições malthusianas, especialmente a fome/inanição; isso resulta em declínio demográfico ou colapso” (ibid.).

A questão para Brenner é o quanto esses fatores de “controle” demográficos podem (ou não) forçar um rompimento do padrão de acumulação. Pra ele, a “a catástrofe demográfica leva a uma reversão drástica da relação homem/terra” (p. 14) , mas já foi visto que, enquanto na Europa Ocidental a resposta a esse choque foi o afrouxamento e, em último caso, “determina a queda da servidão” (BRENNER, 1987, p. 20), no Leste Europeu ela é determinante no endurecimento da relação servil.

Para o autor, as pressões demográficas não determinam, necessariamente, um rompimento com a ordem em curso, mas agravam questões de distribuição da renda disponível e, assim, podem tensionar as relações de classe, de modo que “a mesma pressão ascendente da população poderia levar a mudanças na distribuição de renda favoráveis aos senhores ou aos camponeses - resultados opostos - dependendo das relações de propriedade social e dos equilíbrios das forças de classe.” (BRENNER, 1987, p. 23)

A relação causal, contudo, ainda guarda o protagonismo para as relações de classe, como pode ser visto em “(...) é a estrutura das relações de classe, do poder de classe, que determinará a maneira e o grau de que mudanças demográficas e comerciais específicas

afetarão as tendências de longo prazo na distribuição de renda e crescimento econômico - e não vice-versa.” (BRENNER, 1987, p. 11).

Dessa forma, mesmo reconhecendo a lógica do modelo malthusiano e seu sucesso em explicar os movimentos demográficos europeus pré-capitalistas, Brenner não vê nos choques demográficos uma explicação suficiente, por si só, para a superação do modelo de acumulação. Isso porque, como visto, um mesmo choque demográfico pode ter respostas opostas (no sentido da intensificação ou afrouxamento da servidão), não levando, necessariamente, ao fim do modelo. O mais importante na visão de Brenner é menos como varia a população e sim como o modo de produção é capaz de reagir a tal variação, ou seja, mais importante que entender o crescimento da população é explicar como, e por que, a produção agrícola é incapaz de responder a esse aumento de demanda potencial com uma elevação da produção. É exatamente neste ponto que entram as relações de classe feudais como um freio à elevação da produção e produtividade. Esse modo de produção teria, dadas suas relações de classe, uma estrutura que impediria estas elevações pela incapacidade de mobilidade da força de trabalho. Inexistência da produção para o mercado e, principalmente, a existência de capitalistas/empresários que teriam, para não desaparecer via concorrência, que compulsoriamente gerar e adotar novas técnicas mais eficientes, como será explicitado na seção seguinte.

III.3 O Caso Inglês

Uma vez que nem o comércio e nem os ciclos demográficos são suficientes pra explicar a superação do modelo feudal em prol de um modelo capitalista, torna-se crucial uma revisitação à Inglaterra pré-Revolução Industrial. Isso porque a trajetória específica das relações de classe nesse país levou, na visão de Brenner, ao desenvolvimento do capitalismo. Como colocado por Bastos, Crespo e Mazat:

Brenner procura em seu trabalho identificar por que a Inglaterra foi a precursora do capitalismo e da Revolução Industrial. Segundo ele, o motivo é a evolução particular da propriedade da terra relacionada com o fim da servidão em um período histórico inicial (os 1400s). Essa combinação particular de fim da servidão, concentração da propriedade da terra e generalização do arrendamento de empresários rurais prósperos foram os elementos do capitalismo rural que definiram as tendências que mais desenvolveriam sua forma industrial. (BASTOS; CRESPO; MAZAT, p. 11)

Na crítica de Brenner ao modelo malthusiano, o autor destaca que as crises demográficas estavam intrinsecamente associadas às crises de produtividade. O autor defende

que o sistema servil trazia consigo barreiras ao aumento da produtividade, com falta de incentivos ao investimento. Para ele, isso estava, mais uma vez, pautado nas relações de classe específicas do sistema, explicitado em:

... a incapacidade da economia agrária servil de inovar na agricultura, mesmo sob incentivos extremos de mercado, é compreensível em vista dos fatos inter-relacionados, primeiro, da extração excessiva de excedentes pelo senhor do camponês e, segundo, das barreiras mobilidade dos homens e da terra, que eram eles próprios parte da parcela da relação de extração do excedente. (BRENNER, 1987, p. 31)

A conexão entre a relação de extração do excedente servil e a baixa produtividade do sistema pode ser exemplificada nas altas rendas cobradas pelos senhores feudais, que mitigavam a viabilidade de acumulação, chegando à estimativa de que, em média, metade da produção camponesa era apropriada pelos senhores feudais (BRENNER, 1987, p. 31). Para o autor, “isso era um lucro totalmente improdutivo, pois quase nada era devolvido à produção” (ibid.). Além da falta de incentivo ao investimento, o modelo de servidão feudal ainda podia restringir a mobilidade camponesa, que, para Brenner, além de impedir a migração para terras com melhores ganhos de oportunidade, ainda limitava o desenvolvimento do mercado de trabalho livre” (ibid, p.33). Com efeito, à isso se seguiu o uso de terras menos produtivas e a crise de produtividade, visto em “as relações de extração de excedente da servidão tenderam a levar ao esgotamento da produção camponesa *per se* (...)” (BRENNER, 1987, p. 33)

Diante deste cenário, não é difícil compreender as sistemáticas crises demográficas da Idade Média, que, para o autor, são consequência de uma crise de produtividade no campo. Como já visto, as crises demográficas, apesar de não agir diretamente na mudança no padrão de extração do excedente, tensionavam as relações de classe e foi, de fato, a partir da crise da Peste Negra que essas relações começaram a mudar na Inglaterra, para aquilo que Brenner classificou como um “capitalismo agrário”, estabelecendo as bases das relações capitalistas, necessárias para o sucesso da Revolução Industrial no país.

Brenner mostra que a partir de meados do século XIV (em decorrência da epidemia de Peste Bulbônica), o que se observa na Inglaterra é uma tentativa, por parte dos senhores de terra, de recrudescimento do sistema feudal. A reação dos senhores visava controlar a mobilidade camponesa, através da imposição de pagamento de taxas inviáveis pela permissão de mudança; além de buscar uma legislação para o controle dos salários e alcançando, de fato, o sucesso em aumentar as rendas senhoriais em alguns lugares. Contudo, os camponeses

conseguiram, já em 1400, como indica o autor, conter essa investida senhorial, por meio de “revoltas e fugas, que seguiram ao longo do século XV, [e] levaram [em última instância] ao fim da servidão [na Inglaterra]” (BRENNER, 1987, p. 35).

De fato, como já visto, enquanto a Inglaterra caminhou para a superação da servidão, o Leste Europeu encaminhou-se, justamente, para a intensificação desta. Para Brenner, a crise de produtividade era mais ou menos inerente ao sistema, mas suas consequências dependiam das relações de classe, como mostra o trecho:

Em suma, as contradições entre o desenvolvimento da produção camponesa e as relações de extração excedente que definiam as relações de classe da servidão tendiam a levar a uma crise de acumulação camponesa, de produtividade camponesa e, em última análise, de subsistência camponesa. Essa crise foi acompanhada por uma intensificação do conflito de classes inerente à estrutura existente, mas com diferentes resultados em diferentes lugares - a quebra da estrutura antiga ou seu restabelecimento - dependendo do equilíbrio de forças entre as classes em disputa. (BRENNER, 1987, p. 36).

Assim, o resultado que a crise de produtividade e, em consequência desta, a crise demográfica, teve na Inglaterra está longe de poder ser considerada como padrão, ou generalizável para o resto da Europa. Pelo contrário, o modelo inglês foi um caso muito específico de resposta à crise, dado o arranjo social que se desenvolveu no país, onde “os camponeses foram capazes de, em meados do século XV, via fugas e resistência, quebrar definitivamente os controles feudais sobre sua mobilidade e a conquistar a plena liberdade”. (BRENNER, 1987, p. 46)

III.4 O Capitalismo Agrário em Comparação ao Caso Francês

Verdadeiramente, mesmo em comparação com outras regiões da Europa Ocidental, o desenvolvimento das relações de classe que se deu na Inglaterra após a crise demográfica do século XIV é bastante singular. Ainda que a região como um todo tenha seguido um padrão de afrouxamento da relação de servidão, em comparação com o Leste Europeu onde esta se intensificou, a efetiva superação do modelo fica evidente apenas no caso inglês.

Na França, a trajetória de resposta à crise demográfica foi bem distinta, e marca a ascensão da monarquia absolutista como consequência dos tensionamentos das relações de classe. Com efeito da crise, os senhores feudais começaram a buscar meios de aumentar a sua receita e a maneira mais objetiva de fazê-lo seria o aumento arbitrário das rendas e a extensão

da posse da terra, ou seja, concentração de terra em formato de grandes fazendas em detrimento da propriedade camponesa..

É precisamente neste ponto que as trajetórias de França e Inglaterra ganham contornos bastante distintos. Isso porque no caso francês, os interesses dos camponeses foi defendido pela Coroa quando esta “reconheceu por implicação o status legal livre dos camponeses, abrindo caminho para aluguéis fixos e propriedade efetiva.”(BRENNER, 1987, p. 57). Em troca, o Estado começou a desenvolver sua estrutura tributária. A aliança, por assim dizer, entre a monarquia e o campesinato não é uma coincidência, mas resultado da disputa de classes, onde a Coroa, visando a extensão do seu poder, decidiu em favor da classe camponesa francesa, buscando aplacar a influência senhorial. Nas palavras do autor:

O Estado aumentou seu próprio poder em virtude de sua capacidade de se colocar entre os senhores e os camponeses, para garantir liberdade camponesa, hereditariedade e aluguéis fixos, e assim usar a produção camponesa, por meio de tributação (...) como fonte direta de receita para a força real. e autonomia. (BRENNER, 1987, p. 58)

Essa relação entre Coroa, campesinato e senhores feudal, levou a França a um desenvolvimento bastante específico das relações de produção. Para Brenner, um ponto chave é a questão da propriedade da terra, que se manteve como direito camponês, ao contrário do que ocorreu na Inglaterra. Com o apoio da monarquia ao caso camponês, se tornou “juridicamente difícil para os senhores feudais se apoderar, como patrimônio próprio, do grande número de arrendamentos” que eram, agora, garantidos aos camponeses como direito de herança.

A garantia da posse da terra se manteve favorável ao campesinato nos séculos subsequentes, como mostra Brenner na passagem

A força contínua da comunidade camponesa francesa e da propriedade camponesa francesa até mesmo no final do século XVII é demonstrada pelo fato de que cerca de 45% a 50% das terras cultivadas ainda estavam em posse de camponeses, muitas vezes espalhadas pelos campos abertos. Na Inglaterra, por outro lado, os proprietários-ocupantes não possuíam mais de 25 a 30% da terra. (BRENNER, 1987, p. 61)

Essa distinção é marcante para o autor justamente porque, em sua visão, foram as relações de propriedade da terra que permitiram à Inglaterra estabelecer o que Brenner chama de Capitalismo Agrário, ou seja, relações capitalistas no campo que serviram como

sustentáculo para o futuro desenvolvimento industrial. Ao contrário da Inglaterra, com o reconhecimento do direito de posse ao campesinato francês, o padrão de produção se manteve, numa trajetória muito distinta daquela que levou a Inglaterra à Revolução Industrial. Para o autor, o fato da “propriedade camponesa na França (...) estar ligada historicamente ao desenvolvimento de uma estrutura de extração de excedente que tendia a desestimular o investimento e o desenvolvimento agrícola” (BRENNER, 1987, p. 29) marca essa diferença de trajetória.

Os caminhos dos dois países, no que diz respeito às relações de produção, tomam rumos distintos a partir do mesmo estímulo, ou choque externo: a crise demográfica do século XIV. Na Inglaterra, isso se traduziu na libertação dos camponeses do jugo da servidão. De fato, parece ter sido um período de ganhos para a classe camponesa, ou pelo menos a parcela mais favorecida os yeomen, que, além da eliminação da servidão, foi favorecida pela fixação dos alugueis, de modo que, em termos reais, estes tendiam a se reduzir no longo prazo com a inflação (BRENNER, 1987, p. 47).

Por outro lado, este mesmo movimento pressionava as receitas dos senhores feudais, que continuaram buscando um aumento no valor dos arrendamentos. O século XV teria sido um período de tensões pra estabelecer esse equilíbrio de forças entre as classes. Brenner pontua que ao longo desse período “houve recusas generalizadas e aparentemente bem-sucedidas por parte dos camponeses em pagar multas. E esse tipo de resistência continuou até o século XVI, quando o aumento da razão trabalhador/terra deveria, supostamente, induzir o camponês a aceitar uma condição deteriorante e pagar um aluguel maior.” (BRENNER, 1987, p. 48).

Assim, a partir do século XVI, os senhores feudais ingleses conseguiram estender seus direitos de recebimento, bem como de posse da terra. O aumento da capacidade de detenção da propriedade da terra em mãos da classe de senhores feudais se deu por duas vias.

A primeira poderia se dar através de cobrança exorbitante de pagamento para a transferência da posse da terra camponesa (por venda ou herança) (ibid., p. 47). Muitos camponeses que não tinham condições de realizar esses pagamentos, se viam, então, obrigados a entregar a terra ao senhor. Além disso, o “colapso demográfico do final do século XIV e XV deixou vago muitas antigas propriedades habituais de camponeses. Parece ter sido

possível aos senhores simplesmente se apropriarem deles e adicioná-los à sua propriedade.” (ibid.).

Dessa forma, o cenário que se monta em termos de relação de classe na Inglaterra, é o fim da servidão no sentido da liberdade de mobilidade adquirida pela classe camponesa por um lado, e a concentração de terras em forma de grandes fazendas nas mãos dos senhores feudais, por outro lado, que viriam a deter uma proporção entre 70% e 75% da terra cultivável no final do século XVII (BRENNER, 1987, p. 48).

O avanço deste processo abriu espaço para o desenvolvimento de um sistema muito específico de relações no campo. Brenner ressalta que as cobranças arbitrárias de multa para a transferência da terra camponesa “ [parece] ter fornecido aos latifundiários a alavanca de que necessitavam para descartar os inquilinos camponeses habituais, pois, a longo prazo, as multas poderiam ser substituídas por rendas comerciais competitivas.” (1987, p. 47). Ou seja, percebe-se o início de um processo capitalista de aluguel da terra, em substituição ao modelo servil.

Realmente, esse parece ter sido o caminho seguido. Uma vez que os senhores passaram a deter a posse de amplos espaços de terra, o padrão adotado foi o de aluguel da terra para arrendatários capitalistas, que se tornavam responsáveis pela produção e o faziam através da contratação de mão-de-obra livre. Nas palavras de Brenner: “na Inglaterra, encontramos os latifundiários consolidando as propriedades e alugando-as para grandes inquilinos capitalistas que, por sua vez, as cultivariam com base no trabalho assalariado e no melhoramento agrícola”.(BRENNER, 1987, p. 46).

Além da relação com o inquilino capitalista, outra marca do desenvolvimento agrícola na Inglaterra foi a subdivisão das fazendas em pequenas frações produtivas. Brenner mostra que mesmo quando a relação com o arrendatário capitalista era suprimida, ou seja, a terra controlada diretamente pelos senhores também era alvo de alguma forma de arrendamento, i.e., “a propriedade de arrendamentos contratuais termináveis, era geralmente deixada em pequenas parcelas e cultivada por pequenos arrendatários camponeses.” (ibid.).

Uma vez que se estabelece tal padrão de relação de propriedade e de produção, Brenner enxerga que este propicia a melhora de produtividade no campo, pois o investimento produtivo passa a ser um elemento central para a sobrevivência de cada arrendatário. Ao

longo de todo o seu trabalho, o autor defende que o sistema servil, ou mesmo sua variação francesa, não estimula o investimento porque as formas de extração do excedente estão associadas à imposição da força e/ou crescimento extensivo da produção. Nesse sentido, a figura marcante do desenvolvimento inglês se materializa no arrendatário capitalista.

Isso porque, para essa classe, o método de apropriação do excedente se forma de maneira muito distinta, seguindo, necessariamente, uma lógica de aumento da produtividade, já que, para esta classe, não há a possibilidade de extração via uso da força e qualquer aumento extensivo da produção seria apropriado pelo senhor. Brenner ressalta que “os arrendatários capitalistas estabeleceram uma parceria essencial com os proprietários de terras. Foi-lhes assegurado que poderiam obter uma parte razoável do aumento das receitas resultantes dos seus investimentos de capital e não tê-los confiscados pelos aumentos das rendas dos proprietários” (BRENNER, 1987, p.49), de modo que são eles a classe responsável pela introdução de novas tecnologias. Isso fica explícito no trecho:

O que provou, portanto, mais significativo para o desenvolvimento agrícola inglês foi o uso particularmente produtivo do excedente agrícola promovido pelo caráter especial de suas relações de classe rural - em particular, o deslocamento da relação tradicionalmente antagônica na qual o proprietário esmagava a iniciativa do arrendatário, uma simbiose de senhorio / locatário emergente que trouxe cooperação mútua em investimento e melhoria. (BRENNER, 1987, p. 51)

Desta maneira, a Inglaterra superava a relação “tradicionalmente antagônica”, onde a extração do excedente era obtida a partir da redução sistemática da liberdade e da parcela da produção apropriada pelo camponês. Agora, além do estímulo ao investimento, que ampliava o excedente per capita, o novo arranjo social/produtivo também abria as portas para um mercado de trabalho livre e assalariado, que indicava, também, o crescimento do mercado consumidor doméstico. Um resumo do pensamento de Brenner pode ser visto em

Com o fracasso dos camponeses em estabelecer um controle essencialmente livre sobre a terra, os senhores foram capazes de absorver, consolidar e incluir, criar grandes fazendas e arrendá-las a inquilinos capitalistas que pudessem fazer investimentos de capital. Essa era a pré-condição indispensável para um avanço agrário significativo, uma vez que o desenvolvimento agrícola se baseava em insumos significativos de capital, envolvendo a introdução de novas tecnologias e uma escala maior de operação. (BRENNER, 1987, p. 49)

De fato, esse avanço agrário se traduziu em significativo desenvolvimento econômico no país já no século XVII. Brenner ressalta que “(...) embora a população inglesa nesse

período tenha atingido os níveis muito altos do início do século XIV (que naquela época significava crise demográfica), não havia o mesmo tipo de flutuações violentas nos preços nem as crises de subsistência que atingiram a França e grande parte da população continental neste período”. (BRENNER, 1987, p. 51). Ou seja, a marca desse desenvolvimento econômico é o crescimento populacional continuado do final do século, numa superação clara do modelo malthusiano. O estabelecimento de um novo padrão de estabilidade de preços também diferencia o novo modelo de desenvolvimento econômico atingido no país, antes de se difundir para o globo.

III.5 Pioneirismo Inglês e Rompimento do Padrão de Acumulação

A breve exposição do trabalho de Brenner, permite que se encontre uma leitura alternativa à apresentada no capítulo anterior sobre o processo de mudanças históricas que decretaram o fim modo de produção feudal, com o surgimento do modo de produção capitalista que, dentro da lógica de Brenner, teve como consequência final as inovações tecnológicas que no final do século XVIII culminaram com a revolução industrial. Entretanto, há também algumas congruências que ligam esta leitura com aquela apresentada anteriormente, de Findlay e O'Rourke, ambas refletindo o instrumental teórico proposto no primeiro capítulo desta monografia. Essa concordância reside no papel de protagonista detido pela lógica do investimento e de inovação tecnológica para a superação de um modelo de produção com crescimento limitado. Para Findlay e O'Rourke essa lógica é estimulada pelo crescimento do mercado, sobretudo do mercado ultramarino, enquanto para Brenner, a transição só pode ser entendida através do estudo específico de trajetórias de relação de classes, seus conflitos internos e sua relação de produção no sentido da extração do excedente.

Ambos os trabalhos identificam que a mudança na lógica de investimento está associada a uma nova forma de aplicar o excedente. A diferença reside na fonte desse excedente a ser aplicado. Como colocam Bastos, Crespo e Mazat, “o importante é como esse excedente é extraído: por alguma força institucional ou política, ou pelo mercado de trabalho” (p. 11).

Para Findlay e O'Rourke esse aumento de capacidade de extração excedente estaria associado à expansão do mercado, que possibilitava lucros acima da média aos comerciantes ultramarinos, e, sobretudo, o aumento dos lucros via difusão de novos mercados. Estes novos

mercado por suas vez tinham impactos importantes em termos de demanda e cópia e criação e incorporação de progresso técnico.

Para defender sua tese, Brenner mostrou que o comércio por si só não é capaz de explicar a mudança no padrão de acumulação e produção. Isso porque o comércio, como fator externo, não tem como alterar as relações de classe. Isso pôde ser visto no caso do Leste Europeu, onde o comércio fez recrudescer as relações de servidão. Outro exemplo, por ele usado para reduzir a relevância do comércio exterior no desenvolvimento diz respeito ao desempenho da economia europeia e inglesa no século XVII. Para o autor teria havido uma divergência entre as taxas de crescimento da Europa (que supostamente viveria uma crise) e a Inglaterra. Seu argumento é que essa combinação de desempenhos é incompatível com o comércio “puxando” o crescimento inglês, o que reforçaria a tese de crescimento a partir de forças endógenas, ou mais especificamente, a expansão da produção agrícola.

Brenner estabelecer as características específicas da trajetória inglesa que serviram de base para o rompimento da Revolução Industrial e dominação global do campo e do território nacional para o mundo:

Na minha opinião, foi o surgimento da estrutura "clássica" de arrendatário / capitalista / operário assalariado que tornou possível a transformação da produção agrícola na Inglaterra, e esta, por sua vez, foi a chave para o desenvolvimento econômico global excepcionalmente bem-sucedido da Inglaterra. (BRENNER, 1987, p. 49)

Pode se dizer que o arrendatário rural capitalista é a personificação do que viria a ser o motor do crescimento dentro da dinâmica de acumulação e produção do capitalismo. Isto se dá pois é essa nova classe que insere a lógica do investimento no sentido de aumentar a extração do excedente via aumento da produtividade e dessa forma ser capaz de gerar rendas que ampliem sua capacidade de arrendamento de novas terras, ou seja, da expansão da propriedade capitalista. Como já visto, o investimento muda a relação de acumulação, pois cria uma relação de causação circular, onde o aumento da produtividade induz o aumento do excedente, que pode ser reinvestido num movimento que se reforça gerando uma mudança do padrão de crescimento a partir da Revolução Industrial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos apresentados, pudemos perceber como o escopo do modelo de análise de acumulação da Economia Política Clássica pode ser aplicado com sucesso em distintas interpretações históricas do surgimento do capitalismo e a Revolução Industrial. O presente trabalho não teve a pretensão de escolher uma linha que seria considerada *correta* nesse debate histórico, mas justamente mostrar como ambas podem trazer resultados interessantes diante de uma análise do processo de mudança no padrão de acumulação.

Baseado no modelo de Causação Circular Cumulativa, pôde-se se mostrar como o rompimento com o padrão feudal trouxe uma lógica de crescimento continuado, a partir de mecanismos que se reforçam, principalmente no sentido do aumento do excedente via crescimento intensivo da produção, sendo o investimento, que além da ampliação da capitalização o faz com introdução de progresso técnico, como motor dinâmico desse sistema. Os estudos apresentados mostram um forte ponto de congruência ao reconhecer o padrão de inovação tecnológica e de aumento da produtividade como solução para o modelo malthusiano de limitação ao crescimento por crises demográficas.

De fato, nos dois trabalhos a questão da superação da *armadilha malthusiana* é central¹¹, e o distanciamento de ambos reside no foco estabelecido para se entender esse processo. No primeiro caso, Findlay e O'Rourke apresentam a tese de que a expansão comercial ultramarina da Inglaterra teria sido o ponto-chave desse processo, através da expansão dos mercados. No segundo caso, Brenner foca nas relações de classe e de propriedade, como introdução de uma nova lógica de extração e uso do excedente, para explicar o pioneirismo inglês.

O modelo baseado na expansão comercial defende que a criação e/ou ampliação de mercados internacionais propiciou o rompimento com o antigo modelo de acumulação ao abrir possibilidades de oferta de matérias primas e elevação da demanda. Além disso, o comércio exerceria, ainda, a função de transmissão do novo modelo tecnológico. Para os autores dessa tese, sem a expansão de mercado proporcionada pelo comércio internacional, não haveria meios da Revolução Industrial se sustentar. Findlay e O'Rourke defendem que "... parece haver uma clara relação estatística entre o comércio transoceânico e a prosperidade durante esse período [1513-1780]". (2007, p. 308)

¹¹ Questão tratada nas seções II.3.1 (p. 38) e III.2 (p. 48) deste trabalho.

Nesse sentido, então, os autores pontuam a importância da expansão ultramarina inglesa no período mercantilista, ressaltando a importância das vitórias militares para o ganho de rotas comerciais e colônias, além do desenvolvimento de um “estado-fiscal-militar”, ou seja, o desenvolvimento de um sistema fiscal avançado, como uma das formas de financiamento dos investimentos militares. De fato, os autores colocam que “... em um mundo mercantilista de soma zero (ou mesmo soma negativa), era importante ganhar algumas guerras, que o poder era de fato importante para suprir o abastecimento e que a Marinha Real trazia benefícios econômicos e militares para a Grande Grã-Bretanha.” (FINDLAY e O’ROURKE, 2007, p. 310)

Além disso, a posição hegemônica no comércio e no poder militar internacional que gozou a Inglaterra, viabilizou um sistema de extração de excedente através da dominação de povos e de expropriação da terra. Esses lucros, num sistema monopolístico, podem ser associados aos investimentos de Revolução Industrial.

Já o modelo de Brenner, voltado para as relações de classe e estruturas de propriedade, considera a expansão comercial um motivo não suficiente para explicar a transformação do padrão de acumulação. Ao contrário, a expansão do mercado opera papel secundário nessa visão, pois qualquer choque, econômico ou demográfico, não altera por si só as relações de classe. Essa visão é explicitada na passagem:

Somos, portanto, trazidos de volta ao nosso ponto de partida: a necessidade de interpretar o significado das mudanças nas forças econômicas e demográficas em termos de estruturas de relações de classe historicamente desenvolvidas e, especialmente, de diferentes equilíbrios de poder de classe. (BRENNER, 1987, p. 38)

Para Brenner, o entendimento do processo que culminou na Revolução Industrial passa, necessariamente, pelo estudo da trajetória das disputas de classe na Inglaterra, sobretudo da conquista de liberdade por parte dos camponeses, mas o fracasso que esta classe teve em garantir plena posse da terra. Essa situação se desdobra no surgimento da figura do arrendatário capitalista, cuja função era intermediar a relação entre o dono da terra e o trabalhador camponês e cujo aumento da renda estava diretamente associado ao aumento de produtividade no campo e, assim, expansão do excedente.

A relação com os arrendatários cria uma lógica capitalista de competição via ganhos de produtividade, ou seja, de investimento em tecnologia e crescimento intensivo da produção. Para Brenner, esse é o verdadeiro rompimento com a ordem anterior e os choques

externos (expansão comercial e choques demográficos, por exemplo) não levam, necessariamente, ao mesmo resultado, dependendo intrinsecamente das relações de classe estabelecidas.

Assim, pode se dizer que a atuação conjunta da expansão comercial marítima (intimamente relacionada com o imperialismo, guerras, dominação de povos, etc) inserida numa realidade de relações de classe onde a lógica capitalista já havia sido estabelecida via nova classe capitalista, foi capaz de viabilizar um modelo de crescimento continuado via uma lógica de investimento em produtividade para aumentar a extração de excedente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALLEN, R. C. **The British industrial revolution in global perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

BASTOS, C.P.; CRESPO, E.; MAZAT, N.. **A Critical assessment of conventional Marxist models for industrial revolution and some proposals for a demand led growth alternative approach**, In: XIX Annual European Association for Evolutionary Political Economy Conference, 2017, Budapest. EAEPE 2017 Online Proceedings, 2017

BHARADWAJ, K. **Classical political economy and rise to dominance of supply and demand theories**. Universities Press (India), 1994.

BRENNER, R. **Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe**. In: ASTON, Trevor Henry; PHILPIN, Charles (Ed.). **The Brenner debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe**. Cambridge University Press, 1987. p. 10-64.

BREWER, J. **The sinews of power: war, money and the English state 1688-1783**. Taylor & Francis e-Library, 2005.

BRITTO, G. **Economic growth in Brazil from a Kaldorian standpoint**. 2007. Tese de Doutorado. Tese de doutorado, University of Cambridge, UK.

CIPOLLA, C. M. **Introduction** In: CIPOLLA, C. M. (Ed.). **The Fontana economic history of Europe: the industrial revolution**. Collins Clear-Type Press, 1976. p. 7-21.

FINDLAY, R.; O'ROURKE, K. H. **Power and plenty: trade, war, and the world economy in the second millennium**. Princeton University Press, 2007

GAREGNANI, P.; PETRI, F. **Marxismo e teoria econômica hoje**. In: HOBSEBAWN, Eric J. (org.) **História do marxismo. Vol. 12: O marxismo hoje (Segunda parte)**. Tradução: Luiz Sérgio N. Henriques e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989, pp. 383-474.

MADDISON, A. **The World Economy: A Millennial Perspective**, Development Centre of the Organization for Economic Cooperation and Development. OECD, Paris, v. 3, p. 162-193, 2001.

TONER, P. **Main currents in cumulative causation: the dynamics of growth and development**. Inghilterra. Macmillan, 1999.

VAGGI, G.; STATHAKIS, G. **Economic development and social change: the classical view and the moderns**. In: VAGGI, Gianni; STATHAKIS, George (Ed.). **Economic Development and Social Change: Historical Roots and Modern Perspectives**. Routledge, 2006. p. 1-26.
